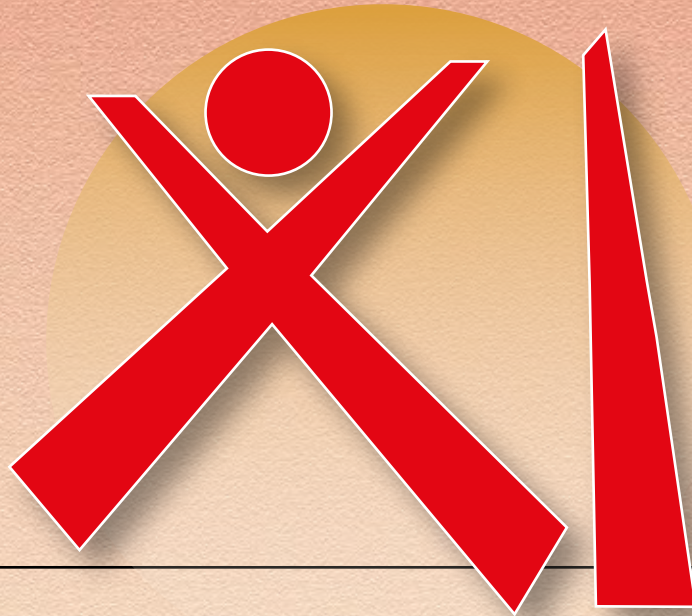


Caderno do



CONGRESSO DO SINDSEP

Trabalhadora e trabalhador público municipal:
essencial para uma política pública de qualidade



Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública
e Autarquias do Município de São Paulo



www.sindsep-sp.org.br

2

Diretoria

Irene Batista de Paula - Presidente
Leandro Valquer J. L. de Oliveira - Vice-Presidente

Secretarias

Paula Leite - Finanças | Vlamir Lima - Geral |
Conceição de Maria Aragão Novaes - Formação,
Política Sind. Qualificação Profissional | João
Batista Gomes - Jurídico, Econômico e Pesquisa |
Ana Rosa Garcia da Costa - Imprensa e Marketing
| Bergair de Oliveira Valentino - Política
Intersindical e Solidariedade | Nilza Anézio de
Oliveira - Políticas Sociais e Eventos | Roberto
Alves - Saúde do Trabalhador | Aparecida de
Fátima Câmara - Atenção Mulher

Coordenadores de Região

Eudes Wesley Dias Melo - Leste I | Ronildo
Ferreira da Silva - Leste II | Djalma Maria
Prado - Leste III | Maria de Lourdes da Rocha
Alves - Sudeste | Lourdes Estevão de Araújo
- Sul I | Antonio Carlos Lima - Sul II | Maria
Cristina Cipriano Ribeiro - Oeste | João Gabriel
Guimarães Buonavita - Região Noroeste | José
Teixeira dos Santos - Norte | Solange Cristina
Ribeiro - Centro

Departamentos dos Trabalhadores

Sérgio Ricardo Antikeira - Educação | Junéia
Martins Batista - Saúde Aut. | Regina Claudia
Stroebele - Assistência, Esporte, Cultura, Meio
Ambiente, Serviço Funerário e Iprem | Roberto
Hofer - Aposentados | Luiz Augusto Rezende -
Setor Administrativo | Jaime Loza - Operacional

Conselho Fiscal

Angela Maria Severiano | Onedil Luiza Bueno |
Rodomiro Xavier De Oliveira | Sueli Aparecida
Guarnieri | Tânia Montera Martins

Expediente

**Caderno de Discussões das Plenárias do
XI Congresso do Sindsep. Março de 2013.**

Contatos

Rua da Quitanda, 162, Centro, São Paulo/SP,
CEP 01012-010. Telefone: (11) 2129.2999

Internet

Site: www.sindsep-sp.org.br

E-mail: imprensa@sindsep-sp.org.br

Facebook: [facebook.com/Sindsep](https://www.facebook.com/Sindsep)

Twitter: @sindsep

Imprensa

Diretora: Ana Rosa Garcia da Costa

Edição: Eudes Lima – MTb 33.268

Estagiária: Isis Torres

Revisão: Telma Iara Mazzocato

Assessoria: Elionara de Souza Ribeiro; Mar-
co Antonio Dalama Gonzalez; Lenir de Fátima
Viscovini; Vera Lúcia Ciamponi.

Diagramação: Marco Godoy

Editorial

Olá, companheiros! Mais um Congresso do Sindsep. E não é o primeiro, nem é o segundo, nem é o terceiro; é o XI Congresso do Sindsep. A cada dia o orgulho de toda a diretoria é maior. Os trabalhadores da nossa categoria ganham ações, e a luta fica cada vez mais organizada.

O nosso Congresso é um dever estatutário e só não foi feito em 2012 porque ia concorrer com um importante momento que foi a eleição municipal. O resultado foi que ganhou o Haddad. Assim temos a melhor expectativa possível. Haddad, queremos salários melhores agora!

O XI Congresso será de muito trabalho até outubro. E depois, ah sim... depois o trabalho aumenta. A ideia de um Congresso é planejar as atividades do próximo período. Esse é um momento muito rico e requer humildade. O primeiro passo é avaliar o que não conseguimos fazer. Vamos colocar os pés no chão e planejar o que queremos fazer. Depois é luta e mais luta. Não há segredo.

É com atividades como a do nosso Congresso que a democracia avança. Mas ainda falta muito. Temos companheiros ganhando menos que um salário mínimo. VERGONHA! E no nosso Congresso isso não pode ser jogado embaixo do tapete. Não dá para negociar. Menos que um salário mínimo é crime!

Desde o final dos anos de 1980, quando todos pensavam que sindicalistas falavam apenas em salários, até hoje, muita coisa mudou. Deixamos um monte de prefeitos para trás. Falamos de política hoje com uma propriedade cada vez maior. A valorização das mulheres, a qualidade do emprego, o combate ao racismo, o combate à homofobia, a valorização do funcionário público, a saúde do trabalhador. Enfim, em uma série de questões avançamos.

Não adianta dizer que não gosta de política. Se você participa, se organiza, luta, o resultado são as conquistas, as vitórias. Se ficarmos apenas reclamando, o resultado é a frustração. Mas aqui não, o Sindsep é um Sindicato de lutadores, de vencedores. São 25 anos de história. Parabéns aos participantes do XI Congresso do Sindsep.

Índice

Balço das Atividades	5
Análise de Conjuntura Municipal.....	8
Análise de Conjuntura Estadual	13
Análise de Conjuntura Nacional	17
Análise de Conjuntura Internacional	22
Organização por Local de Trabalho	28
Educação.....	30
Saúde	35
Saúde do Trabalhador	37
Agentes de Apoio.....	39
Verde e Meio Ambiente	43
Cultura.....	47
Mulher	50
Luta pela Igualdade Racial e Combate ao Racismo	53
Normas Regulamentadoras	59

Balanço das Atividades

5

O Sindsep trava uma importante luta para defender os trabalhadores do serviço público municipal. Não apenas por uma questão de classe, mas também por acreditar que os serviços públicos prestados à população devem ser gratuitos e com a máxima qualidade. Temos uma orientação ideológica que nos diferencia do setor privado e nos orgulhamos disso. Em nenhum momento podemos priorizar a redução de custos, queremos o aumento de investimentos e sabemos que a população de São Paulo precisa e merece.



Com 25 anos de história, o Sindsep intensifica sua luta em várias frentes. Uma delas é a conquista de direitos por meio de ações jurídicas. Os prefeitos têm deixado falhas no tratamento com os servidores; por isso o nosso Departamento Jurídico tem atuado, ganhando inúmeras ações que beneficiam milhares de trabalhadores. A ação conhecida como “ação dos 30%” tem mobilizado muito trabalho e dado muito orgulho à direção do Sindsep. A Justiça reconhece nossos argumentos, e isso se reverte em dinheiro no bolso do trabalhador.

6 Seminários e cursos – A direção do Sindsep intensificou o número de seminários e cursos aos trabalhadores. Além de formação, esse investimento se reflete no amadurecimento de várias discussões sindicais e profissionais. Sempre lembrando que somos um Sindicato que representa todos os trabalhadores municipais de São Paulo, realizamos seminários de educação, saúde, agentes de apoio, saúde do trabalhador, cultura, verde e meio ambiente, gênero, combate ao racismo. Ainda no investimento voltado à formação dos trabalhadores, fomentamos discussões em grupos sobre juventude, diversidade sexual, entre outras, e desenvolvemos parcerias para promover formações. Além da formação permanente da diretoria, o Sindsep implanta a partir de 2013 um plano de formação dos representantes sindicais de unidade e dos conselheiros regionais para qualificar a atuação sindical. É importante ressaltar a participação dos aposentados nas atividades de formação.

Mobilização – São inúmeras as paralisações, greves, reuniões, seminários, atividades de organização no local de trabalho (RSU e CRR). Todas essas atividades têm uma grande carga formativa, na medida em que discutir tantos temas traz significativo acúmulo de conhecimentos e experiências para o trabalhador poder disseminar as discussões entre seus colegas. Mas a mobilização tem o principal caráter de organizar os trabalhadores, seja no local de trabalho seja na rua, para pautar as reivindicações e estabelecer nova correlação de forças com governos incapazes de negociar.

Comunicação – Um investimento diferenciado no Setor de Comunicação resultou em novas

produções. O lançamento recente do novo site consolida uma nova etapa do Sindicato, que está integrado com tudo o que há de mais contemporâneo. Fotos, vídeos, mídias sociais, impressos, serviços... inúmeras notícias estão reunidas em um canal que pode ser utilizado por toda a categoria. A nossa novidade é tratada com prioridade. O servidor público municipal tem o seu canal de comunicação.

Festa comemorativa dos 25 anos do Sindsep

A festa – Os 25 anos do Sindicato foram comemorados em grande estilo. Fizemos uma festa espetacular, com mais de mil pessoas presentes. Quanta alegria! Quem presenciou sentiu o clima de catarse. Havia muita sintonia quando todos dançavam — parecia até ter sido algo ensaiado. Alguns profissionais da organização elogiaram o entusiasmo dos servidores, desconheciam tanta profusão de alegria. Inesquecível!

Vídeo – Na mesma festa, um vídeo (disponível no nosso site) apresentava depoimentos de trabalhadores sobre os 25 anos do Sindicato, além de narrar a nossa história com uma perspectiva peculiar: as lutas que travamos contra os prefeitos. Temos lado, reivindicamos ganhos aos trabalhadores! Deixamos uma mensagem clara sobre a nossa história: É bonita, é bonita e é bonita!

Revista – Pouco depois lançamos uma revista comemorativa (disponível no site e distribuída para a categoria). O objetivo é preservar nossa história e servir como inspiração para continuarmos escrevendo. A revista amplia a discussão iniciada no vídeo e apresenta de uma forma mais abrangente o Sindicato, suas lutas, seus serviços.

Política salarial

A maldição de uma lei salarial que impede, tolera e justifica o não reajuste para os funcionários públicos municipais se perpetua apesar da luta dos trabalhadores. Os prefeitos ainda não perceberam que a dita economia tem saído muito cara para toda a população. A Câmara Vereadores e os governos que passaram, em várias legislaturas e mandatos – é importante que se lembre –, não foram competentes para romper com essa lei. A expectativa é que o prefeito Haddad e a nova Câmara

façam justiça com os servidores revogando a lei, possibilitando recomposições e reajustes salariais.

Outra herança que cada um dos prefeitos recebe são os reajustes de 0,1% e 0,01%. A aplicação desse índice é apenas uma forma de burlar a Constituição, que prevê reajuste anual para todos os trabalhadores. Embora seja herança, moralmente um prefeito sério não aplicaria esse índice. O resultado dessa política salarial é que temos muitos trabalhadores ganhando menos que um salário mínimo. O atual piso do nível básico está em vergonhosos R\$ 440. A maior prefeitura do país, pagando uma miséria que não atinge um salário mínimo. Como exigir uma boa execução dos trabalhos com profissionais que passam necessidades financeiras?

Exclusivamente por conta do período eleitoral e da pressão do Sindsep, em 2012 a Câmara Municipal alterou o PL 155 e propôs reajuste de 11,46%. A taxa, que parece num primeiro momento adequada, apenas recompõe a inflação dos dois últimos períodos. Kassab deu reajuste zero. O PL ficou engavetado e hoje é uma demanda urgente. Além disso, temos uma pauta de reivindicações que entendemos necessitar de atendimento imediato.

A negociação com o Governo é outro tema espinhoso. Kassab não negociava. Até porque já sabia que não ia dar reajuste algum. Kassab se escondia atrás da lei municipal que justifica o não reajuste, além da lei de responsabilidade fiscal, que estabelece gastos com o funcionalismo de no máximo 54%; mesmo assim, um índice bem acima dos gastos de Kassab com a folha de pagamento em torno de 30%. O Sindsep é contrário às duas leis, entende que os trabalhadores precisam de reconhecimento – e nenhuma forma melhor do que recebendo um salário digno.

Organização e luta – O único setor que conseguiu reajustes acima da inflação, por conta da mobilização e da aplicação da Lei do Fundeb, foi o da Educação. Infelizmente, não há lei que consiga proteger todos os trabalhadores. O Sindsep é incansável na organização dos trabalhadores. Existe um comprometimento do novo governo em atender os servidores e negociar com eles. Mas a pressão é absolutamente necessária. Portanto, companheiros, vamos à luta!

Conquistas do último período (2011/2012)

Ações na justiça, atos, uma greve geral de sete dias e várias paralisações garantiram:

- Ação dos Quadrimestrais, que garante reajustes não cumpridos por Pitta (cerca de 30%), apenas para os servidores filiados ao Sindsep;
- Ação dos 2,85%, também devidos por Pitta, a serem pagos entre março e abril;
- Aprovação do PCCS dos trabalhadores da saúde estatutários e celetistas;
- Aumento do PPD para Especialistas da Saúde de 30% para 60% do padrão inicial;
- Criação de abonos complementares para gestores e apoios da educação;
- Extensão das Gratificações de Atividades para o nível médio e básico do Serviço Funerário e do IPREM;
- Extensão do GDA para Assistentes Sociais do IPREM;
- Gratificação de Atividade para os níveis básico e médio, extensivo para aposentados, a partir de janeiro de 2011;
- Gratificação por Desempenho de Atividades de Cultura e Esporte;
- Licença-maternidade de 180 dias;
- Manutenção das Gratificações da Educação para Agentes de Apoio e AGPPs em SME;
- Reajuste salarial de 11,23% para os trabalhadores do quadro específico da saúde a partir de janeiro de 2012;
- Regulamentação da lei que reduz a jornada de trabalho das assistentes sociais de 40 para 30 horas semanais;
- Oferta de 15 vagas em SEME para transferência dos Especialistas em Esportes dos CEUs em 2012.

Análise de Conjuntura

8 Municipal

A eleição municipal de 2012 reafirmou o cenário político que a disputa ideológica passa por disputas um pouco mais sutis do que as que nos acostumamos historicamente. O apoio de Maluf durante a eleição, o apoio de Kassab de alguma forma no governo, além do apoio de vários setores da tradicional direita paulistana impõem uma tarefa aos trabalhadores: mobilizar para direcionar o governo



Haddad no sentido de apoio às exigências da classe trabalhadora.

A luta que outrora se esperava ganhar unicamente nas urnas apresenta uma nova roupagem. É importante ganhar eleições, mas o mais importante é ganhar a confiança dos cidadãos no cotidiano. Isso significa, no nosso caso especificamente, ganhar ideologicamente uma disputa contra todos que não entendem o valor do serviço público e também contra aqueles que até podem entender esse valor, mas esperam lucrar em detrimento das necessidades populares.

Os trabalhadores têm lado, assim como o Sindicato, essa distância importante nos diferencia muito de qualquer governo. Somos defensores de uma classe e nos juntamos com os movimentos populares. Diferentemente do rumo que a política partidária tomou, as entidades de classe e os movimentos populares têm percebido, cada vez mais, a necessidade de pautar o poder público para atender suas reivindicações.

Desde a redemocratização do país, as eleições na cidade de São Paulo revelam uma polarização entre candidaturas conservadoras e progressistas. No mapa eleitoral, essa disputa se trava entre as tendências de voto nas regiões mais ricas da cidade por candidatos com perfil autoritário como Jânio Quadros, Paulo Maluf, José Serra e Kassab e a opção nas periferias por candidatos que representaram governos populares como Luiza Erundina, Marta Suplicy e, agora, Fernando Haddad.

As forças conservadoras na cidade têm tido forte peso para a manutenção, nos últimos 30 anos, de governos no Estado de São Paulo com apelo forte entre as elites, sendo a primeira fase governada pelo PMDB e, a partir de 1995, pelo PSDB, partido dissidente do PMDB desde 1988. Nas eleições presidenciais, as mesmas forças na cidade refletiram menos votos, tanto para Lula quanto para Dilma, entre 1989 e 2010.

Exceto na eleição de Luiza Erundina, época em que não se exigia dois turnos, as coligações começaram a se tornar, a cada eleição, cada vez mais centrais nas disputas que se travavam antes da constituição das candidaturas. Se antes algumas forças e legendas tinham identidades fortes entre os eleitores, as dife-

renças entre partidos começaram a se diluir aos olhos menos familiarizados com o mundo da política. Dentro desse ciclo da política nacional, a busca por governabilidade tem aproximado partidos com ideologias e princípios dos mais antagônicos.

Erundina sofreu durante seu mandato inteiro as dificuldades de aprovação de projetos diante de uma Câmara de maioria malufista. Essa realidade negativa que despolitiza a população e desvaloriza as identidades ideológicas somente poderá mudar com uma série de reformas no sistema eleitoral e político. A eleição de Fernando Haddad não foi diferente, criou situações inusitadas como a aproximação com Maluf. A necessidade de diversas forças para se eleger e depois para governar compromete os programas de governo com os quais os candidatos são eleitos.

Apesar de eleger Fernando Haddad, São Paulo elegeu apenas 11 vereadores do PT, enquanto a base principal que sustentava Kassab (PSDB, PV e DEM) e o seu novo partido (PSD) elegeram 22 membros das 55 vagas. É óbvio que todas essas legendas e mesmo aquelas que se coligaram em torno de Haddad têm pouca ou nenhuma afinidade com o plano de governo eleito. Isso significa que aprovar projetos depende de os partidos e vereadores estarem satisfeitos, muitas vezes porque indicaram Secretarias e cargos importantes no governo.

É de se imaginar que muitas dessas forças conservadoras que compõem o governo, necessárias para garantir maioria na Câmara e votar as propostas das quais dependem a implementação do plano de governo, por outro lado dificultam o próprio andar do novo governo, pois representam o modelo antigo que pensávamos vencer.

É nesse momento que o papel dos movimentos sociais é fundamental. Tomar as ruas, ocupar os espaços, estar na mídia e incomodar são tarefas das diversas militâncias que defendem causas progressistas e combatem as forças conservadoras. É o papel da vigilância, exigindo o respeito aos compromissos de campanha, pois nossos adversários estão disputando fortemente pela efetivação de seus interesses.

Foram essas forças que governaram o Bra-

sil por muitos anos e que em São Paulo nadam contra a maré para que os avanços conquistados pelo Brasil, inclusive no cenário internacional, não alcancem essa província e retirem de suas elites o poder há tanto tempo concentrado. São Paulo, nas mãos de Serra e de Kassab, com a finalidade de esconder o Brasil que emergiu na era Lula e que continua se destacando com Dilma, ficou fora de programas e verbas federais. Perdeu dinheiro e excluiu a população de programas e políticas públicas essenciais para a transformação do país.

A dívida de São Paulo com a União consome anualmente bilhões de nosso orçamento, porque não se dignaram os mandatários da Capital em buscar negociação de interesse dos paulistanos. Priorizaram as terceirizações que consomem a verba pública com contratos caríssimos com OS e empresas, e que precisam ser reduzidos por Haddad em 20%, segundo a imprensa. O tratamento dado ao dinheiro público precisa ser mudado, rompendo o ciclo de saída fácil e entrada difícil.

É a mudança na destinação da verba que permitirá que se cumpra o plano de governo popular e democrático eleito, com dinheiro aplicado devidamente em políticas públicas e em despesas com pessoal de forma a valorizar aqueles que as aplicam, os servidores municipais. O movimento sindical, dentre os movimentos sociais, é um dos que possui maior importância nesse momento ao lutar contra as forças conservadoras que estabelecerão prioridades outras que não com a população, com o coletivo e com os trabalhadores.

Bola pra frente

Acabou! É certo que não deveria ter começado, mas acabou, e é com isso que vamos trabalhar agora. Tchau Kassab! Adeus Serra! Os mandatos dos prefeitos de uma política conservadora tiveram fim. Fosse exclusivamente feita a vontade dos trabalhadores públicos municipais, nunca mais essa política conservadora teria voltado. Foram oito anos de atraso, de abandono, de entrega do município para a iniciativa privada. Mas acabou! É o que esperamos!

A partir de agora o que temos é a convivência com boas expectativas e com uma saudável des-

confiança. O novo prefeito, Fernando Haddad, passou toda a campanha reafirmando a sua aproximação com os trabalhadores e com os sindicatos. Prova disso foi a sua presença no Sindsep e o seu comprometimento com uma série de demandas dos trabalhadores. Felizmente e saudavelmente a desconfiança continua. Precisamos de mais do que palavras. Haddad será cobrado e julgado segundo sua capacidade de cumprir compromissos.

Fomos recebidos pela equipe de transição do governo Haddad em dezembro. Na oportunidade, pouco mais que o compromisso de respeitar a representação democrática do Sindsep foi firmada. Os representantes do governo diziam ser necessária uma avaliação mais complexa das finanças para só depois o comprometimento real com os salários poder ser feito. Nossa pauta inclui muito mais que reivindicações econômicas, mas o sustento ainda é prioridade.

Nossa categoria sofre com vários males: assédio moral, sucateamento público, falta de investimento, salários incompatíveis, falta de profissionais, entre tantos outros. O serviço público está doente. Tiraram todo o sangue do trabalhador. Alguém discorda que um trabalhador concursado ganhando menos do que o salário mínimo é um crime? Vão sugando nosso sangue um pouco a cada dia. E isso é feito, principalmente, com os trabalhadores mais humildes e que mais precisam.

Qualidade do serviço público

A esperança de ter uma cidade melhor passa diretamente pela expectativa de melhores condições de trabalho para os trabalhadores públicos municipais. Não é verdade que apenas a gestão do prefeito seja suficiente. Precisamos de bons equipamentos, de bons profissionais, de bom ambiente de trabalho, de bons salários!

Aquele político que tentar iludir a população, dizendo que mudará a cidade sem olhar e fazer algo, imediatamente, pelos trabalhadores não estará sendo honesto. Sem funcionário público a cidade para! E quem tem o melhor e mais curto caminho para a melhora dos serviços é o trabalhador. A qualidade de vida na cidade de São Paulo depende do árduo trabalho de mulheres e

homens que cuidam dos equipamentos sociais e das pessoas.

Proteção do Estado (poder público municipal)

Para o Sindsep, o serviço público é o motivo central da existência do Estado (município), que deve ser o responsável pela garantia de direitos sociais básicos como saúde, educação, habitação, emprego, segurança, alimentação. Alguns serviços devem ser universais, como saúde e educação, e devem ser supridos e subsidiados pelo governo, quando for necessário.

No entanto, o que assistimos é uma inversão de valores. A exemplo do que acontece em outras esferas, no município de São Paulo a arrecadação pública experimenta cada vez mais a utilização das empresas privadas. É o que chamamos de privatização do dinheiro público. Empresas contratadas tentam substituir trabalhadores concursados, e os investimentos da cidade são priorizados conforme os interesses dessas empresas.

O resultado dessa lógica é a configuração de lugares tão ricos contrastando com outros tão pobres. São pessoas tão ricas ameaçando a sobrevivência de outras tão pobres. Se alguém tem demais, alguém fica sem nada. A existência de impostos seria para equilibrar essas relações, mas quem paga a conta no final são os assalariados. Com o desconto dos seus impostos em folha de pagamento, não há sonegação.

A perversidade desse emaranhado que só faz aumentar o desequilíbrio traz consequências graves, como a violência crescente e a falta de boas expectativas, principalmente entre os mais jovens. Infelizmente, a resposta natural da massa de oprimidos é manifesta por revoltas individuais, materializadas em violência condenável, mas que tem origem.

O Sindicato é um dos instrumentos, o principal para grupos de trabalhadores, de evitar as revoltas que têm a violência como instrumento, mas também de combater um Estado privatizado. É no Sindicato que o trabalho ganha força de representação e que a possibilidade de equilíbrio entre trabalhador versus patrão (prefeito) é possível. Notemos que no último período, patrão e

iniciativa privada estiveram juntos. Entendemos e esperamos que isso tenha acabado.

Sucateamento: a justificativa para terceirizar

Uma forma encontrada nos últimos anos de privatizar os trabalhos públicos foi diminuir a qualidade dos serviços. Os prefeitos convenceram parte da população que os serviços prestados pela iniciativa privada eram melhores. No entanto, os mesmos se esqueceram de avisar (intencionalmente) que os recursos empregados pela prefeitura eram cada vez menores. Faltavam equipamentos e faltavam profissionais.

A solução encontrada foi a contratação de empresas que num primeiro momento – bem maquiada – parecia ser um acerto. No entanto, é um serviço pior e mais caro, além de ter como parâmetro inicial a contratação de profissionais por salários piores. O resultado final é um serviço ainda pior, mas que atende o interesse de lucro em contradição a uma melhora nos serviços. A terceirização não atende interesses da população. É uma invenção que atenta contra os trabalhadores, seja pela exploração seja pela apropriação indevida do dinheiro público.

A ilusão de melhora no serviço fica desmascarada facilmente quando as empresas contratadas tentam reduzir seus custos (aumentar o lucro) e pioram a qualidade dos serviços com menos trabalhadores ou menor investimento nos insumos e equipamentos.

OSs – Outro modelo de privatização é a gestão de equipamentos públicos por Organizações Sociais (OSs). Embora sejam, em tese, entidades que não visam ao lucro, mas tão somente a prestação de serviço social, as OSs têm administração com raízes fundamentadas exclusivamente no capital privado. A especialidade que propagam solucionar acaba por desviar o investimento público no funcionalismo. Hoje, quem mais sofre com esse modelo é o setor da saúde, que tem praticamente metade dos seus trabalhadores ligados às OSs.

Urgente: mais profissionais concursados

Alguns setores, em especial o dos Agentes de Apoio, têm sofrido com a escassez de profissionais. Deliberadamente o governo municipal

promove o desvio de função de profissionais e prioriza a contratação de empresas para prestar serviço à prefeitura. Algumas áreas sofrem com a falta de profissionais, e os concursos públicos não ocorrem com a devida presteza. O resultado é um déficit crescente no Instituto de Previdência (IPREM), que põe em risco o futuro das aposentadorias e pensões dos servidores.

A sobrecarga de trabalho fica clara. E a saúde do trabalhador fica comprometida. Faltam médicos, faltam professores, faltam profissionais das mais diversas áreas na maior cidade do país. Essa nem é uma demanda exclusiva dos trabalhadores. A população clama por mais trabalhadores e o Sindsep só aceita se isso acontecer por meio de concurso público. Queremos concurso público, já! É a única forma justa e democrática de contratação para quem cuida da cidade.

Planos de Cargos, Carreiras e Salários

A instalação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCSs) é uma demanda que ainda não sofreu os devidos ajustes. Primeiramente porque, em algumas ocasiões, o prefeito tenta confundir a função do PCCS com a questão das políticas salariais. Embora existam elementos que coincidam, pensar na carreira é uma coisa, carreira é para toda a vida funcional. A questão salarial atende a vida do trabalhador hoje, principalmente, e os critérios são mais econômicos. As progressões no PCCS não podem substituir a recomposição da inflação. Com essa consideração, o Sindsep reivindica que a reestruturação de todos os PCCSs.

Inúmeras são as distorções. Só uma reestruturação completa, com a devida participação dos trabalhadores e das entidades representantes, pode apontar para um aumento na qualidade do trabalho executado. O PCCS é a principal forma de planejamento da carreira de cada um, mas precisa ser feito de uma maneira democrática. O Sindsep tem acúmulo nessa discussão e entende que ainda em 2013 grandes transformações acontecerão. Não apenas pelo desejo dos trabalhado-

res, mas pela necessidade da cidade de São Paulo.

O Governo somos nós. É necessário entender que, se Kassab não continuou na prefeitura por meio do seu mentor, Serra, ou seja, se Serra não foi eleito, significa que todos os trabalhadores têm muita contribuição nesse processo. Cotidianamente a organização dos trabalhadores se colocou contra os abusos e a incompetência de Kassab. Agora com Haddad a luta continua. Continua, necessária, sempre!

Uma cidade arrasada pela incompetência

Quando chove, a cidade de São Paulo para. Essa frase, ouvida ano a ano, é uma expressão corriqueira de uma realidade a que a população se acostumou de forma tal que entende ser natural. Mas não é! O trânsito não pode ser algo a se temer. Ir para casa não pode ser tão difícil. A mobilidade urbana não precisa ser assimilada como algo sem solução. Infelizmente, várias chefiaturas que representaram o assédio moral na gestão Kassab permanecem até hoje. O Sindsep não tem e não quer a prerrogativa de escolher quem deve assumir qualquer cargo. Mas ao governo deixará claro que denunciará e lutará arduamente contra qualquer política e prática que não rompa com o velho modelo.

E não é só a o trânsito que parece não ter solução. A educação, a saúde, a segurança, o tratamento dos usuários de drogas, a corrupção, o assédio moral, os baixos salários, enfim, uma série de questões da cidade de São Paulo tem solução e a resignação não é a saída. Está na hora de cultivar uma certa dose de revolta e transformá-la em luta.

Kassab aplicou o medo como artifício principal de gestão. Colocou coronéis nas subprefeituras como vigias que nada produziam de bom para a cidade, mas sabiam bem como coagir e reinventar o assédio moral. O resultado fica claro no número de licenças médicas dos trabalhadores – níveis assustadores. Pior que isso, alguns trabalhadores perderam a condição de trabalhar. Mas isso também continua tendo solução.

Análise de Conjuntura

Estadual

13

Analisar um Estado que há 18 anos é governado pela mesma agremiação exige alguns parênteses que, de certo modo, liguem a análise da conjuntura política, econômica, social, cultural e ambiental ao mapeamento do posicionamento político-ideológico de tal grupo aos ideais tecnocráticos-neoliberais de Estado Mínimo e de autorregulação do mercado, em que os índices econômicos se sobrepõem aos índices socioambientais e cujos métodos técnicos, frios e racionais do “administrador



competente” se sobrepõem aos métodos de base ética, humana, política e técnica do “bom estadista”.

As ações do Governo do Estado de São Paulo deixam clara a ênfase nas políticas de comando e controle, em que a regra é vigiar e punir a desobediência às normas impostas, em detrimento das políticas de democracia participativa – quando os cidadãos tomam parte nas decisões e nas responsabilidades sobre a execução das políticas públicas.

Pipocam “políticas de saúde pública” que privilegiam a repressão para com a desobediência sem igual preocupação com a questão da prevenção à situação de risco. Como exemplo, podemos citar a forte restrição do uso de tabaco em ambientes públicos sem o paralelismo de uma política pública de auxílio aos que querem deixar de fumar; também podemos citar a política de fiscalização e repressão de uso de álcool ao volante sem uma alternativa — economicamente viável à maioria da população — de transporte público no período noturno; além da “operação cracolândia”, na qual a repressão policial sobre os usuários de drogas, sem o apoio de uma estrutura de tratamento da dependência química, culminou com a dispersão de usuários por outros bairros da cidade. Somos a favor de políticas de saúde pública que combatam qualquer tipo de vício que prejudique e escravize o ser humano, mas lutamos para que tais políticas sejam executadas com base em critérios de prevenção e promoção da saúde e cidadania, não somente como “casos de polícia” que estrangulem direitos em nome da “segurança e salubridade públicas”.

As políticas de comando e controle executadas no Estado de São Paulo têm, na maioria dos casos, os setores conservadores (normalmente ligados às classes patronais) como beneficiários. Como mau exemplo, a malfadada desocupação da favela do Pinheirinho, em São José dos Campos, onde 6 mil famílias foram violentamente expulsas de casas e barracos. Diversos relatos dão conta de estupro, mortes, torturas e outras violações de Direitos Humanos (atualmente investigadas pela ONU) cometidos pela Polícia Militar do Estado de São Paulo ao longo da operação. Vale lembrar que tal desocupação foi realizada para a

reintegração de posse do terreno pertencente à massa falida de uma empresa, cujo proprietário é o famoso especulador Naji Nahas, condenado por diversos crimes financeiros.

Não podemos nos esquecer também das truculentas “intervenções” e da dura repressão policial aos estudantes e trabalhadores dentro do campus da Universidade de São Paulo (USP). Tais intervenções ferem a autonomia universitária (própria de um espaço de elaboração de novos saberes e de novas práticas) e reeditam práticas recorrentes ao longo da ditadura militar no Brasil. Hoje, 72 estudantes estão sendo indiciados criminalmente por formação de quadrilha, danos ao patrimônio público, crime ambiental e descumprimento de ordem judicial.

Uma das consequências mais danosas das décadas de práticas políticas de proibição, controle e repressão (em detrimento do diálogo democrático com a sociedade) é a onda de violência decorrente da guerra particular entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e uma facção criminosa, conflito que assola principalmente as periferias das Regiões Metropolitanas do Estado.

Por outro lado, apesar da grande ênfase nas ações de repressão, a situação dos Policiais Militares do Estado de São Paulo não é propriamente confortável: para além de um quadro de alto nível de estresse, suicídio e desmotivação, os salários baixos dos policiais os empurram para “bicos” de toda a ordem, culminando recentemente com a Função Delegada (ou o “bico oficial”), em que policiais em horário de folga podem ser contratados por qualquer prefeitura que aprovar legislação específica. Tal situação, nas palavras do comandante-geral da PM de São Paulo, “é uma forma temporária de conseguir uma solução financeira imediata para o policial”, deste modo, transfere-se a conta às prefeituras e mantém-se o reativo e ineficiente estado atual da PM, em detrimento de um novo modelo — desmilitarizado e preventivo — de segurança pública. Vale lembrar que, enquanto a capital paulista regularizou a Função Delegada, a Guarda Civil Metropolitana permaneceu oferecendo baixos salários aos seus profissionais.

Para além das ações de criminalização da pobreza e dos movimentos populares, podemos ci-

tar o caso em que a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) — controlada pelo governo paulista — decidiu, em assembléia de acionistas, não aceitar a oferta de diminuição de remuneração e indenização para renovar a concessão de três usinas hidrelétricas com o Governo Federal. Resultado: a Cesp manterá o lucro de seus investidores e comprometerá a redução da conta de luz para todos os brasileiros. Podemos citar também as privatizações que abarrotaram as estradas paulistas de pedágios abusivos, limitando nosso direito de ir e vir.

O que dizer, então, da famosa classe empresarial paulista que, após anos acumulando recordes de lucro, ao primeiro sinal de crise econômica alardeia ameaças de demissões em massa para pressionar mais benesses e incentivos da União (esquecendo-se de que uma grande ajuda poderia ser dada pelo próprio governo do Estado)? Atualmente, a classe empresarial se adapta aos “novos tempos” por meio do aumento das terceirizações, uma das formas perversas encontradas pelas empresas para reduzir “custos” (leia-se “direitos sociais e trabalhistas”), penalizando os trabalhadores e reduzindo a qualidade dos produtos e serviços prestados. Com isso, corremos o risco de moldar uma estrutura ocupacional precarizada, em que um contingente enorme da classe trabalhadora ficará permanentemente espremido entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Hoje, apesar de possuir um terço do PIB nacional, 2% dos habitantes do Estado de São Paulo vivem na extrema pobreza e, mesmo assim, o Estado segue na contramão das políticas sociais e de desenvolvimento.

Contramão de políticas públicas e de desenvolvimento que podemos notar, por exemplo, nos baixos investimentos feitos na questão da mobilidade urbana, em especial nos baixos investimentos para a expansão do metrô, apesar dos constantes repasses de verba feitos por meio de convênios assinados entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município de São Paulo. Chamamos a atenção que esses convênios sejam firmados sem o estabelecimento de metas e cronograma claro para o uso de tais verbas. Desse modo, sem grandes opções, pagamos caro e perdemos muito tempo para ir ao trabalho e voltar, espremidos

em trens e ônibus com constantes problemas de manutenção.

O que o trabalhador público municipal pode esperar desse cenário? Da parte do governo do Estado, está claro que o horizonte não aponta para o fortalecimento do papel do Estado enquanto promotor de políticas públicas de qualidade com a consequente valorização do trabalhador público (com abertura de concursos públicos e oferecimento de salários, de gratificações e de condições de trabalho dignas). Ao contrário, organizações sociais e fundações privadas tomam conta de diversos equipamentos da saúde, da educação, da assistência social e da cultura.

A atual administração do Governo do Estado não possui grande histórico de cooperação técnica e financeira com os municípios para a promoção de políticas de desenvolvimento territorial, transferindo recursos ou oferecendo políticas públicas insuficientes, especialmente aos pequenos municípios que dependem do Estado para o fortalecimento, ampliação ou melhoria da prestação de serviços públicos à população. Ao contrário, além de pouco investir no fortalecimento dos serviços públicos municipais, o Estado de São Paulo tem demandado transferência de recursos da administração municipal da capital do Estado — como nos casos do metrô — para investir em serviços de sua competência.

Por outro lado, a batalha não está perdida para os trabalhadores do setor público: na saúde, a Justiça do Trabalho decretou, em outubro de 2012, a nulidade de todos os contratos entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Organizações Sociais (OS) por supostas irregularidades trabalhistas e exige a troca imediata de funcionários terceirizados por servidores concursados nas unidades de saúde administradas por essas entidades em todo o Estado de São Paulo. Diversos setores da sociedade se articulam por um sistema público de saúde gratuito e de qualidade para com seus trabalhadores, como a Frente Nacional pela revogação da Lei n. 9637/1998 (a Lei das OS). Na área da educação, ações do movimento estudantil, assim como de entidades representativas de professores e funcionários da educação, questionam a legalidade das fundações privadas de apoio ao ensino superior.

É certo que o discurso neoliberal, privatista, defensor do Estado Mínimo e da desregulamentação das leis trabalhistas, apesar do forte apelo aos setores conservadores da sociedade, já não possui a mesma força e situação de “pensamento único”, como ocorria na década de 1990. As políticas desenvolvimentistas, progressistas, populares e democráticas que se espalharam pela América Latina demonstram o papel essencial que o Estado possui na promoção de bem-estar social, sustentabilidade ambiental, potencial subjetivo-cultural e desenvolvimento econômico. E sem funcionários públicos não há políticas públicas de qualidade!

Mais: os trabalhadores públicos terão diversos aliados em 2013 com a retomada das lutas sociais. A CUT organiza marcha em Brasília diante do alerta de retrocesso na pauta do mundo do trabalho; os professores da rede pública do ensino médio de todo o país prometem greve para os próximos meses; o MST dá indicativos de que irá radicalizar suas ações diante dos resultados pífios da reforma agrária; as organizações indígenas, com a retomada da PEC 215 por parte do agro-negócio, deverão intensificar sua mobilização; as lutas urbanas com as megaobras excludentes da Copa do Mundo deverão ganhar força; o movimento ambientalista manterá ações tendo como referência os temas da matriz energética e da flexibilização da legislação ambiental.

Temos que lembrar também que em todo o

mundo floresce uma nova forma de manifestação: dos acampamentos de Wall Street aos do Vale do Anhangabaú, as barracas na praça simbolizam a insatisfação com o modelo socioeconômico-ambiental mundial. As ocupações, os “escrachos”, as churrascadas recheadas de manifestações culturais (as quais declaram que a arte é muito mais do que a monotonia presente nas vitrines das grandes galerias) provam que não há limites no movimento de criação de novas subjetividades e de novas “artes de viver”.

Tais experiências democráticas são fortes aliadas dos trabalhadores municipais pela valorização dos profissionais que lutam para que as ações de saúde sejam muito mais que venda de remédios para tratamento de doenças; para que a modernização da escola sirva para forjar seres pensantes, críticos e propositivos, e não para simplesmente se ajustarem às regras da competitividade do mercado; para que o incentivo à cultura supere os meros incentivos fiscais para grandes espetáculos; para que as intervenções ambientais rompam o modelo defasado de “parques” que alijam os moradores tradicionais de suas práticas e direitos ancestrais; para que possamos ir e vir sem impedimentos e sem medo de violência marginal ou da repressão estatal; para que a tolerância supere todas as formas de preconceito; para que o trabalho produza bem-estar e potência de vida, não somente valores de mercado.

Análise de Conjuntura

Nacional

17

Após os oito anos do governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), e agora com Dilma (Dilma Rousseff), vários avanços foram alcançados no campo econômico, como o aumento do emprego, da média da renda, aumento real e contínuo do salário mínimo, a integração de milhões de brasileiros como consumidores e diminuição da pobreza. Os programas sociais e medidas econômicas demonstraram a possibilidade de saída pelo acesso e não pela perda de direitos. Ainda assim, ficaram evidenciados no



Estado brasileiro o peso e a influência do capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Nos anos Lula, os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. Apesar da reivindicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos movimentos sociais pela mudança da política econômica, se mantiveram a lógica neoliberal dos juros altos, o superávit primário e o câmbio valorizado, dificultando a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional mais alinhado com a classe trabalhadora e menos com os interesses do capital.

A redução do poder do capital financeiro é a novidade do governo Dilma, que buscou afirmar um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central não subordinado aos bancos privados. No entanto, permanece ainda, no Estado brasileiro, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPP), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e as Organizações Sociais (OS). O Sindsep e a CUT continuarão combatendo a entrega de áreas da gestão pública às fundações de direito privado e rejeitando propostas como a criação de uma empresa para gerenciar a saúde pública.

O que queremos do governo Dilma em âmbito nacional são os avanços necessários na socialização da política em termos gerais e, especificamente, o alargamento dos espaços de participação nas decisões das camadas populares, por meio dos movimentos sociais organizados, de intensa redistribuição da renda, de reforma tributária (num país obscenamente desigual) e, por fim, de uma reforma política que dê fim à longa persistência dos interesses privados ao invés do interesse público.

Os dados, inegáveis, de aumento de renda e de consumo no governo convivem ao lado dos crônicos, históricos e permanentes problemas estruturais, particularmente na área da saúde/saneamento e educação. Problemas que podem ser ampliados, como os temas de moradia, transporte coletivo, acesso à água potável e democratização da terra. Ao mesmo tempo em que cresceu

vertiginosamente o acesso à internet, o acesso aos serviços públicos permanece ainda estagnado.

O Sindsep não quer um modelo de desenvolvimentismo que privilegie o capital nacional em detrimento do avanço da cidadania e do campo dos direitos universais, inclusive os direitos humanos e ambientais. O que queremos é que o governo avance numa cidadania para o desenvolvimento, não o contrário, um desenvolvimento para a cidadania. Queremos, primeiramente, garantir à ampla e irrestrita maioria da sociedade os direitos sociais básicos: direito à educação, à saúde, ao transporte, à moradia, etc. A construção da cidadania deve ser condição para o desenvolvimento. A inclusão de milhões de brasileiros que conquistaram a condição de consumidores deve passar agora pela intervenção do Estado para a garantia de direitos e para o acesso aos serviços públicos de qualidade.

Para o Sindsep, um país soberano e democrático, se constrói com serviço público de qualidade, com empresas estatais a serviço do desenvolvimento da nação, com a libertação do domínio do capital externo que se exerce por meio das multinacionais sobre nossos recursos naturais e energéticos, nosso parque industrial e outros setores econômicos.

Trabalho, sindicalismo e Estado

Compreender que estamos obviamente, por meio dos governos Lula e Dilma, vivenciando um período político mais favorável aos trabalhadores e às forças populares implica novos desafios e tarefas. Implica, sobretudo, coragem na atuação sistemática em prol de nossos interesses e necessidades. E significa reafirmar posições históricas de luta por um novo paradigma para as relações de trabalho, por intermédio de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), sob a ótica do trabalho decente, conforme defendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) da Organização das Nações Unidas (ONU), e pela liberdade e autonomia sindical, por meio da ratificação da Convenção 87 da OIT, uma vez que proteger e incluir os trabalhadores é uma das tarefas fundamentais para um Brasil justo e democrático, e é responsabilidade do Estado. Fazer valer a Convenção 151 da OIT, que estabe-

lece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas — municipal, estadual e federal. Essa resolução traz garantias aos trabalhadores do setor público, tais como estabilidade dos dirigentes sindicais, direito de greve dos servidores e proteção contra possíveis atos antissindicais de autoridades públicas. Ao mesmo tempo, defendemos com a CUT mudanças na portaria 186 do Ministério do Trabalho, devido à pulverização que vem acontecendo nos últimos anos com a criação de sindicatos sem representatividade de fato e com o aumento no número de processos de desmembramento e dissociação de base e categoria, o que tem resultado em crescente fragmentação da ação sindical.

Durante o governo Lula, a abertura e a conversa com os movimentos sociais e sindicais aconteceram de maneira sistemática. Nesse período, o governo teve a iniciativa inédita de tentar promover uma reforma sindical a partir da negociação entre representantes de empregadores e de trabalhadores. O atual governo Dilma não abriu, ainda, o mesmo canal de diálogo com o movimento sindical. Vamos com a CUT impulsionar para que a Central seja convocada para as discussões nacionais que envolvem o trabalho e o sindicalismo.

Reafirmamos a necessidade de um Estado forte que, por intermédio do investimento público, retire do setor privado o poder e a intermediação do acesso aos direitos. Somente o Estado, pelo seu caráter de atendimento universal, tem o alcance de garantir o direito a todos, e isso, obviamente, abrange as mudanças nos municípios. Lutamos, em parceria com a CUT, pela substituição do predomínio dos planos privados de saúde e de previdência, bem como a educação privada, por um ousado e profundo fortalecimento do setor público por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), da Seguridade Social e do Sistema Nacional Articulado de Educação e uma Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), o que requer travar uma luta pela desmercantilização das políticas e dos direitos sociais, impulsionando a geração do trabalho decente, de estímulo à produção, ao lazer, à cultura, ao esporte, etc.

É inegável que a atual proposta de gestão do Estado alterou a rota do modelo econômico, mas

não mudou ainda a lógica de funcionamento da política. Almejamos ver a possibilidade de derrotas das figuras políticas associadas aos métodos políticos tradicionais da Velha República — práticas coronelistas que agregam autoritarismo, assistencialismo e clientelismo com o objetivo de se valer da presença no espaço público para atingir seus interesses privados. Estamos convencidos, juntamente com a totalidade do movimento sindical da CUT, da importância da Reforma Política, para o fortalecimento da participação popular e maior controle social sobre os partidos e o Estado no Brasil. Para isso são necessárias forte e intensa mobilização social e disputa ideológica na sociedade.

Defendemos uma reorganização do Estado brasileiro, segundo princípios democráticos, asentada na garantia e na ampliação de direitos, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis — para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado (dos serviços públicos) — e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa.

Saúde e Educação: temas centrais na agenda da inclusão social

A saúde e a educação, temas importantíssimos para a inclusão social, têm resultados quase imperceptíveis na atual conjuntura. Na área da educação, alguns passos fundamentais foram dados, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da lei do piso do magistério, mas quanto aos resultados na base da pirâmide — educação básica e média — os dados mostram um tímido crescimento. No ensino superior, o acesso aos filhos dos trabalhadores se deu por programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), pela lei das cotas e pela reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Porém, apesar de ter um caráter mais democrático e dialogar com os movimentos sociais, as ações do governo Lula não produziram a transformação necessária nessa área, e o governo Dilma precisa avançar.

Todos os avanços alcançados são resultantes da luta social, como exemplo podemos citar a

implantação do piso unificado nacional e a ampliação da porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação. No caso do piso salarial profissional nacional, há uma luta intensa em relação aos valores e ainda está distante de acontecer em todo o território brasileiro. Somente recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) obrigou o cumprimento da lei.

Em relação ao investimento na educação, o movimento social, o Sindsep e a CUT defendem a utilização de 10% do PIB; porém, o limite aceito pelo governo é de 7%. Na saúde, assim como na educação, os déficits são gigantescos. O movimento social organizado e a CUT pressionam o governo federal a destinar 10% de suas receitas brutas no SUS. Com a CUT e o movimento social organizado, defendemos a taxação das grandes fortunas. Há a necessidade de se garantir os recursos do pré-sal como fontes de financiamento de políticas públicas, tal como no caso da saúde, porque os 10% exigidos seria um incremento no setor, mas o SUS precisa de muito mais para o seu devido funcionamento universal.

O desafio da sustentabilidade

São evidentes os ganhos econômicos e a mobilidade social para cima nos últimos anos com os governos Lula e Dilma, mas entendemos tratar-se de uma inclusão que não é efetivamente social por ter se realizado por meio do mercado; defendemos uma inclusão que se faz pelo acesso à saúde e educação de qualidade e não apenas uma inclusão que se faz pelo consumo. O Sindsep concebe que os esforços do governo devem tocar em alguns elementos estruturais da desigualdade no Brasil. Para o Sindsep é preciso quebrar o grande paradoxo que persiste: o país está entre as maiores economias do mundo, quando se utiliza o critério do PIB e, entre as piores, quando se utiliza o critério do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Apesar da “inclusão via mercado”, o país continua com déficits gigantescos na área social.

Pensamos e defendemos estrategicamente que se constituam bases plenamente democráticas para um projeto de desenvolvimento sustentável. Ainda está em jogo o tipo de desenvolvimento que o Brasil terá: caso as forças sociais não pres-

sionem, teremos a mesma dinâmica do século passado, baseada em carros, bens de consumo duráveis. Defendemos um Estado que, ao contrário, promova um desenvolvimento ambientalmente sustentável, garantindo a qualidade de vida e privilegiando todas as dimensões humanas. Queremos também que no plano da política o Estado enfrente os interesses dominantes do agronegócio, das finanças, da grande indústria, da grande mídia, das oligarquias políticas que sempre hegemonizaram o poder.

Estado e meios de comunicação

Para as mudanças necessárias no campo da consolidação dos direitos, desde o acesso à educação, passando pela saúde e chegando à cultura, como exemplo, é essencial que possamos democratizar todos os meios presentes na realidade social. Para isso faz-se necessário também democratizar os meios de comunicação. No Estado democrático é preciso que exista uma regulação da mídia. O domínio midiático em torno de verdadeiros monopólios de alguns grupos econômicos tolhe a democracia e tenta impor uma versão e visão única para o Brasil. É urgente abrir o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social — ordenamento jurídico que amplie as possibilidades de livre expressão de pensamento e assegure o amplo acesso da população a todos os meios. Como já acontece em muitos países, é importante que se aprove conselhos de comunicação gestados e geridos pelo Estado, sociedade civil e mídia; democracia é quando todos os sujeitos envolvidos podem por meio de seus representantes se expressar sobre determinada programação, jornal, revista etc.

A regulamentação dos meios de comunicação tem como eixo norteador assegurar e resguardar os interesses sociais. Os empresários da mídia tentam a todo custo “barrar” esse debate, o principal argumento é a liberdade de imprensa, que, na verdade, é a liberdade dos donos da mídia de manterem suas empresas sem qualquer vigilância. Na atualidade, a mídia brasileira vive um período de total liberdade, comprando formatos que não contribuem para a cidadania, a fruição e a produção cultural e vendendo horários na grade de programação, que se torna, na maioria das ve-

zes, uma igreja eletrônica ou baú de vendas, sem considerar os programas que agridem o campo dos direitos humanos e fundamentais, além de se tornarem, em alguns casos, verdadeiros partidos políticos interessados em barrar avanços que interessam à classe trabalhadora e além de manterem a cultura de privilégios para as elites brasileiras e submissão à dominação norte-americana.

Oportunidades iguais e respeito às diferenças

O governo brasileiro, nos últimos anos, com a criação da Secretaria Especial da Mulher tem assegurado o exercício dos direitos humanos das mulheres e também inovou e avançou na criação de políticas visando à busca pela igualdade de gênero. Resistências culturais enraizadas socialmente mantêm diferentes formas de desigualdade e de discriminação. Nesse sentido, é preciso continuar somando esforços para que o centro das políticas de Estado seja o combate aos fatores que favorecem a continuidade da discriminação e da violência.

No campo do alcance dos direitos humanos e fundamentais como um todo há muito que avançar. O Sindsep defende que as chamadas políticas para as minorias, como mulheres, negros e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e simpatizantes (LGBTs), tenham alcance e expressão nacional para que mude as práticas adotadas de preconceito e discriminações. A luta pela igualdade de fato, respeitando as diferenças e visando promover novas relações sociais, é essencial para a possibilidade de um convívio social mais digno, pautado pela garantia do direito do outro.

Não podemos restringir apenas ao sentido classista as desigualdades existentes, uma vez que a estratificação social perpassa outras questões. Um aspecto importante na atualidade para a necessária intervenção do Estado, por meio de políticas públicas inclusivas, são as referentes ao ataque policial desordenado (ou não) que leva ao extermínio nas grandes periferias da juventude negra. A população de LGBTs é outro segmento que sofre diariamente segregação e extermínio em decorrência de crimes de ódio. São excluídos do convívio social, do convívio familiar/grupal, das vivências escolares/acadêmicas, do mercado

de trabalho e da priorização de políticas públicas de combate à homofobia e à violência homofóbica, sendo necessárias também a aprovação da igualdade jurídica entre cidadãos homossexuais e heterossexuais, a promoção da diversidade sexual, a aprovação da igualdade de direitos entre homens e mulheres, independentemente da orientação sexual. E, ainda, reforçar a necessidade de a escola pública fornecer, por meio da formação de professores e alunos, alicerces sólidos de aceitação da diversidade sexual.

Leis importantes nesse sentido — como a descriminalização do aborto, no que se refere às questões de gênero, a PL n. 122/06 contra a homofobia na sociedade brasileira — e a garantia do princípio laico e republicano do Estado brasileiro nos espaços públicos são fundamentais. Para tanto se faz necessário o enfrentamento por parte da sociedade e do Estado aos grupos das bancadas religiosas no Congresso Nacional.

A autonomia do Estado em relação à religião é uma conquista da modernidade, da democracia, do Estado de Direito. Ao mesmo tempo, assiste-se no Brasil a uma crescente ingerência de valores religiosos, inseridos por diferentes igrejas e políticos confessionais, no mundo da política. Para o Sindsep, o Estado brasileiro não pode ser refém de teses conservadoras de setores religiosos.

E, por fim, defendemos o fortalecimento do serviço público e seu caráter social como princípio fundamental de transformação do país, lutando por sua expansão e valorização e combatendo toda iniciativa de precarização, terceirização, privatização, ainda tão presentes no Estado brasileiro.

A educação e a saúde, fortalecidas em suas dimensões pública, universal, democrática e de qualidade, constituem elementos estratégicos de um projeto de desenvolvimento que assegure maior justiça social e o exercício pleno da cidadania. É a inversão da lógica de primeiro crescer, se desenvolver à custa do meio ambiente e da dimensão humana e solidária, para depois construir cidadania ativa. Pensamos que assegurar a dimensão política cidadã por meio da consolidação e ampliação dos direitos, garantidos pelo setor público, é o avanço que de fato se espera na sociedade brasileira.

Análise de Conjuntura

Internacional

“O mundo não é, o mundo está sendo”.
Paulo Freire.

O neoliberalismo e a crise mundial

A crise atual começou a aparecer por volta de 2008, na economia dos Estados Unidos, pela quebra de bancos que operavam na venda a crédito de imóveis e carros. No início alguns economistas e os governos diziam que se tratava apenas de uma crise cíclica, que atingiria apenas o setor financeiro e alguns setores da economia nos Estados Unidos.

Mas, a crise foi se alastrando para toda a economia



e agora atinge todos os países do mundo. Começou pela queda da taxa de lucro no capital financeiro. Mas, o capital financeiro é alimentado pela taxa de lucro do capital industrial e a crise se generalizou para a indústria (em especial a indústria de automóveis e da construção civil). Com a crise caiu a taxa média de lucro. Caíram as taxas de juros. Caiu a produção média em todos os países capitalistas. Quase todos os Estados estão endividados até o pescoço. Os investimentos externos e internos são fracos. E aumentaram gradativamente os custos sociais, começando pelo desemprego, pela queda dos salários e da renda dos trabalhadores. Em quase todos os países o povo sai às ruas para defender suas conquistas sociais e trabalhistas. Os países tendem a fechar-se sobre si mesmos, sobre os seus interesses; reaparecem as fronteiras. Na raiz da crise encontra-se uma especulação desenfreada que se estendeu a toda a Europa e no mundo todo.

Essas situações de crise são inerentes à lógica de funcionamento do capitalismo e afetam o mundo inteiro e trazem como consequência a degradação do trabalho. Há dois caminhos opostos para sair da crise. Nos dois casos o tempo para recuperar-se será longo e demorado. O caminho liberal preconiza a austeridade, as nacionalizações, a redução dos Estados e dos seus gastos. O outro caminho, mais social, prioriza um relançamento, um reaquecimento da economia, com uma participação ativa dos Estados na economia.

CENÁRIO INTERNACIONAL

A primeira manifestação da crise foi nos EUA, quando o banco Lhemann Brothers faliu provocando a falência de diversos outros bancos nos Estados Unidos e na Europa. Grandes empresas faliram ou tiveram vultosos prejuízos provocando um efeito dominó. Nos Estados Unidos, o colapso da “bolha” imobiliária atingiu o sistema financeiro e precipitou uma grande queda na demanda por bens e serviços, cujo impacto ainda não foi superado. O estímulo fiscal por parte do governo norte-americano foi insuficiente para compensar a redução do consumo e de investimentos privados e públicos, mas conseguiu evitar o colapso no sistema bancário e atenuou os problemas patrimoniais das instituições financeiras,

mas não destravou o crédito. As famílias continuam altamente endividadas, com altas taxas de desemprego e lento crescimento econômico.

Em todos os cantos do mundo, os governos e as burguesias adotaram duas saídas para enfrentar a crise. Uma delas foi distribuir dinheiro público para salvar bancos e empresas. Na ocasião, tanto o governo americano quanto os europeus injetaram recursos bilionários para salvar seus sistemas financeiros. Adotaram políticas e medidas de extrema austeridade para que seus governos possam saldar as dívidas com os bancos. A grave recessão na Europa estrangula a economia e provoca a queda do Estado de Bem-Estar Social – que durante décadas propiciou pleno emprego, melhoria social constante da vida das pessoas e estabilidade política – em vários países e trouxe enormes prejuízos aos trabalhadores (as) aumentando o desemprego, demissões, corte de salários, dilapidando os direitos trabalhistas.

A outra medida foi implementar uma ofensiva contra o emprego, o salário e os direitos da classe trabalhadora. Houve demissões em massa, cortes nos orçamentos sociais, redução de salários, redução de direitos, reformas da previdência e desmantelamento do serviço público ampliando o desemprego e a pobreza. Mas apesar de todas essas medidas, a crise econômica e seus efeitos perduram no mundo até hoje, e não tem data para acabar.

A opção pela austeridade (políticas neoliberais), numa economia em recessão, agrava ainda mais a situação fiscal do Mercado Comum Europeu, podendo ocasionar inclusive uma nova crise bancária mundial. A austeridade não criará empregos e nem desenvolverá a economia. A saída da crise exige o refinanciamento das dívidas dos países em dificuldade e a aceleração do crescimento puxado principalmente pelas economias mais ricas, sobretudo a Alemanha que perde fôlego para cumprir esse papel.

Esta crise e a recessão que se seguiu foram o culminar das políticas adotadas e amplamente promovida nos países do Norte, que promoveu a redução de governos, desregulamentação, a privatização, a flexibilização das leis trabalhistas, a redução do número de sindicatos, cortes de impostos para as grandes empresas e os ricos, e

acordos do livre comércio, que enfraquecem os governos e dão mais liberdade para as empresas.

Os efeitos da crise

Na Europa a crise financeira teve efeitos diferentes entre os países do bloco e se espalhou pela Ásia, Rússia, Índia. Porém todos os países que seguem a cartilha neoliberal estão sendo afetados pela crise. A cartilha neoliberal preconiza a receita de diminuição do Estado e dos serviços públicos como estratégia do Capital para fragilizar os movimentos sociais organizados e incorporar mais lucro ao seu apetite voraz, encontra nessa conjuntura uma forma de se reinventar e atingir os países centrais, principalmente da Europa, com a destruição de direitos, aposentadorias, proteção ao trabalho e ampliação da terceirização e privatização em escala sem precedente.

A consequência inevitável dessas políticas tem sido um aumento vertiginoso na desigualdade e na distribuição da riqueza, provocada pela constante redução da renda do trabalho e redistribuição social da riqueza. Esta situação foi agravada pela regulamentação insuficiente do setor financeiro, o que incentivou a especulação, desperdiçando uma enorme quantidade de dinheiro, sem investimento em atividades produtivas e na melhoria dos serviços públicos. Como na época da Grande Depressão, a crise foi precedida por um aumento na renda dos ricos, o crescimento do setor financeiro e um aumento significativo da dívida.

Os países europeus com tradição de políticas de bem estar social, por conta da pressão do mercado asiático, tem de modificar as estratégias e estruturas produtivas; reduzem empregos nas grandes empresas transferindo-os as pequenas empresas e profissionais autônomos; externalizam riscos e custos; enxugam quadros produtivos e intensificam o trabalho dos que se mantêm empregados; reduzem os custos do trabalho com inovações tecnológicas, redução de hierarquias, arrocho salarial, redução de direitos e precarização de condições de trabalho; reduzem a presença do Estado na economia; enfraquecem sindicatos.

A América latina tem tido um forte crescimento com a diminuição da desigualdade, mas ainda é grande o abismo entre ricos e pobres. O

comércio com a China, os investimentos produtivos e os governos de esquerda ou de centro-esquerda têm praticado uma política de expansão do mercado interno e de inclusão social, com destaque para o Brasil e o Mercosul.

Essa conjuntura econômica mundial é permanentemente mudada. Cabe lembrar, que a base objetiva do estágio do capitalismo que vivemos é de aprofundamento da integração do capital financeiro internacional, com maior concentração de empresas e fortunas, com fusões, aquisições e ações especulativas em escala global, em tempo e dimensão nunca antes vista.

A resposta dos trabalhadores

A classe trabalhadora não aceitou esses ataques. A reação tem sido manifestações e indignação popular. O desemprego crescente e a queda no nível de vida, assim como a alta nos preços dos alimentos, geraram revoltas ao redor do planeta. A resposta de peso começou com as lutas dos trabalhadores (as) Europeus. Maior repercussão tiveram os levantes na Grécia, mas também houve mobilizações na Itália, em Portugal, na Espanha, na Alemanha e nos países do Leste. Todos os governos que aplicam a austeridade perdem as eleições, como vimos na França, na Espanha, em Portugal e agora na Itália. Em todos esses países foram implementadas reformas contra direitos dos trabalhadores (as), diminuição de salários, demissões e cortes no orçamento público.

Como vemos nos exemplos internacionais, as revoltas, convulsões e lutas sociais são as respostas dos trabalhadores (as) contra a crise, pois os primeiros setores a serem atacados na crise são justamente os setores públicos de saúde e educação, transporte, com cortes de orçamento, privatização e demissão dos funcionários.

O flagelo do desemprego tem efeitos a longo prazo sobre as pessoas e famílias afetadas especialmente as mulheres, os jovens, os migrantes e cria um ambiente de políticas reacionária que promovem o racismo, o nacionalismo, a hostilidade em relação aos imigrantes e fanatismo religioso.

A luta por um mundo melhor, também se reinventa na forma de manifestações em massa, novas organizações, novas formas de comunica-

ção, novas formas de solidariedade internacional, tudo isso junto com as “velhas” organizações sociais, políticas e sociais.

As lutas e movimentos sociais pelo mundo são contra o sistema financeiro; são lutas por direitos dos imigrantes, dos homossexuais; lutas das mulheres contra a opressão; dos estudantes por reformas no sistema educacional, contra governos conservadores que implantam políticas antissociais; vemos também greves; manifestações de mineiros contra as políticas das empresas de mineração, por melhores condições de trabalho; vemos o nascimento de novas organizações e de novo papel para os partidos e sindicatos existentes.

O norte da África e o Oriente Médio têm novos e velhos desafios econômicos derivados dos conflitos religiosos, sociais e guerras civis que estão destruindo e reconstruindo suas economias, numa situação de grandes incertezas e novas oportunidades e ameaças para as grandes massas excluídas. Nos países árabes uma onda de posicionamento político de parcelas da população, vira movimento, derruba ditaduras, constroem e reconstroem partidos, alianças e muda a geopolítica da região. Porém os processos de revolta e mobilizações conhecidos como “a primavera árabe” e que levou a queda de regimes ditatoriais, tiveram vários desdobramentos, mas de modo geral sem avanços de ordem progressista.

Os tigres asiáticos e a China acirram a concorrência internacional e criam uma enorme pressão sobre as estruturas de produção na Europa e América Latina. Possuem um mercado com excedente de mão de obra, baixos padrões de seguridade social, pouca regulamentação, sindicatos inexistentes ou fracos, geralmente ligados ou ao Estado ou a direção das empresas, etc. Porém há sinais de avanços. Na China, até a gigante empresa Foxconn que tem mais de um milhão de trabalhadores, assinou acordo para eleição livre de representantes de fábrica e sindicatos em suas instalações, após uma longa luta por melhores condições de trabalho, por parte dos trabalhadores e até com aliança com consumidores.

Mesmo nos lugares onde a tirania política ou do capital é mais forte (muitas vezes não é possível separá-las), a luta ressurgiu em novas formas

ou velhas maneiras de organização dos trabalhadores.

O que o chamado primeiro mundo está vivenciando, nós conhecemos muito bem. As pressões e os ataques para enfraquecer e acabar com os sindicatos do setor público, para vender o patrimônio público, estão se intensificando em todo o mundo. A terceirização dos serviços públicos com organizações sociais mais “eficientes” do que os funcionários públicos, privatizações em massa, corrupção como método de ação política (vide os recentes casos na Alemanha, França e Espanha), precarização do mundo do trabalho, diminuição de salários e das aposentadorias.

Tudo isso exige novas táticas e estratégias das organizações que representam os trabalhadores do setor público, pois estão sobre ataque e avanço do capital.

Os serviços públicos e a construção de um mundo melhor

Ao longo das últimas décadas o mundo tem passado por inúmeras mudanças trazendo incertezas e possibilidades. A crise está criando ameaças e oportunidades para os sindicatos de todo o mundo. Uma das preocupações mais imediatas é neutralizar os crescentes ataques ao setor público, aos trabalhadores e seus sindicatos.

O compromisso do Sindsep é o envolvimento com as políticas desenvolvidas pela CUT – Central Única dos Trabalhadores definidas em seu último Congresso realizado em julho de 2012 e com as políticas defendidas pela ISP – Internacional de Serviços Públicos, em seu último Congresso realizado em novembro de 2012 em Durban na África.

A ISP é uma Federação Internacional que agrupa 635 sindicatos filiados em 156 países. Juntos, estes sindicatos representam mais de 20 milhões de trabalhadores/as de serviços públicos, que prestam serviço na administração pública, nos serviços sanitários e sociais, nos serviços municipais e das empresas de serviços públicos, como água, saneamento, energia elétrica, limpeza urbana, dentre outros. A ISP tem o compromisso de organizar a luta em defesa dos Serviços Públicos de Qualidade, defender os direitos do funcionalismo público, da cidadania, com justi-

ça, solidariedade na luta por uma sociedade mais equitativa e sustentável. A ISP propõe aproveitar as oportunidades inerentes a estas mudanças criando alternativas confiáveis. Para ter sucesso neste contexto tão instável temos que constar com valores sólidos e claros. Como federação mundial de sindicatos a ISP sempre terá como referência os direitos dos trabalhadores, a igualdade e equidade de gênero e diversidade. Reafirma também o compromisso com o movimento dos trabalhadores e a defesa e progresso dos serviços públicos em todo o mundo.

O pleno emprego e a seguridade no trabalho são essenciais para resolver as crescentes desigualdades econômicas no mundo. É necessário um novo modelo de desenvolvimento mundial sustentável, democrático e justo socialmente.

O trabalho bem remunerado contribui para o bem estar das pessoas. Os governos devem dar prioridade às políticas de criação de emprego, para todos os trabalhadores (as) e em especial para os jovens. Investir na educação pública e de qualidade, infraestrutura, público gratuito e de produção, é a melhor maneira que um governo pode alcançar um crescimento sustentável do emprego.

A desregulamentação do mercado de trabalho aumenta a precarização do trabalho. A precarização do trabalho é prejudicial ao bem estar individual e familiar já que limita a capacidade das pessoas para fazerem planos a longo prazo e para acesso a educação e formação, aprisionando-os, a eles e suas famílias em um ciclo de mobilidade pobreza, baixo nível social e menor acesso aos benefícios sociais.

Ao impor a redução do papel do Estado, a lógica capitalista lança mão de artifícios como a terceirização e outros modos de contratação que provocam a flexibilização de direitos trabalhistas, de redução de custos incompatível com a garantia de qualidade e a universalidade dos serviços.

O processo de terceirização avança no contexto de uma nova investida do neoliberalismo, que se intensifica com o retorno das políticas liberais de abertura dos mercados e de flexibilização dos direitos trabalhistas.

A terceirização tem sido uma das principais formas de precarização das relações e das condi-

ções de trabalho. Utilizada pelas empresas com vistas a aumentar seus lucros, retirar direitos e eliminar a organização dos trabalhadores/as, a terceirização potencializa a rotatividade, a discriminação nos locais de trabalho, o assédio, o adoecimento e os acidentes de trabalho, em sua maioria fatais, e causa precarização na prestação de serviços.

Os serviços públicos de qualidade servem para que as pessoas e a sociedade estejam a salvo da ignorância, pobreza e negligência. Servem para garantir uma vida sem medo e que possam relaizar suas aspirações individuais e coletivas. Os serviços públicos de qualidade não será possível sem uma luta tenaz, pois os interesses dos poderosos são pela privatização dos serviços publicos.

Devemos defender os serviços públicos de qualquer ataque. Muitas dessas investidas se produzem devido a divisão dos trabalhadores em distintos setores, sua separação por fronteiras e a obrigação de competir entre si.

A ISP considera que para proteger os direitos dos trabalhadores é essencial governos fortes e democráticos que sejam capazes de controlar as forças negativas no plano nacional e internacional. Os sindicatos têm um papel chave na criação e renovação da sociedade democráticas e nunca devem deixar de buscar novos meios de organizar, conscientizar, participar e mobilizar a classe trabalhadora. Para ganhar esta batalha por serviços públicos de qualidade os trabalhadores do setor público e suas organizações devem se unir para defender os interesses de todos os trabalhadores.

Se a globalização internacionalizou a grave crise financeira, precisamos internacionalizar um mundo melhor. Trabalho decente, Justiça Social e Serviço Público de qualidade para todos. Estas são as propostas que devem estar no centro da estratégia de combate à crise. O principal desafio é o fortalecimento do Estado como produtor de bens e serviços de qualidade, para o enfrentamento dos efeitos da crise e para modelar um novo Estado. Este novo Estado deve ter um papel civilizatório, ser o protetor de serviços essenciais como saúde, segurança, educação, justiça, saneamento, água transporte, energia.

A ISP ao defender serviços públicos de quali-

dade, defende um mundo melhor, com igualdade de oportunidade para todos e todas, qualidade de vida e inclusão social. Um mundo melhor depende diretamente da qualidade e quantidade de serviços públicos oferecidos a população. É fato que os serviços públicos de qualidade são fundamentais na redução da pobreza e no resgate da autoestima dos cidadãos.

A gravidade e profundidade da crise no mostra que só haverá saída, com conscientização, organização e mobilização dos trabalhadores (as) e muita luta na defesa e conquista de nossos direitos e garra para conquistarmos e ampliarmos direitos.

Nesse caminho, as entidades e organizações que defendem os serviços públicos têm muitas oportunidades de romper o isolamento, produzir informações, produzir cultura e difundi-la, aproveitar o imenso potencial da internet para a comunicação e a educação, fazer aliança com a pesquisa e a produção do saber, produzir de forma associativa ou cooperativa, investir no internacionalismo e na solidariedade.

O compromisso com as políticas defendidas pela CUT visa fortalecer as alianças com organizações sindicais de outros países e organizações nacionais que defendem os interesses da classe trabalhadora. Pelo fortalecimento das políticas defendidas pela OIT – Organização Internacional do Trabalho através da pressão permanente

pela ratificação e aplicação de suas convenções em nosso país e no mundo e na luta pelo Trabalho Decente, conceito adotado pela OIT e que engloba um conjunto de direitos pelos quais os trabalhadores (as) precisam lutar e conquistar em busca de uma vida mais digna, dentro e fora dos ambientes de trabalho. Significa entre outras coisas, lutar por emprego seguro e de qualidade, por remuneração digna, pela formalização do trabalho e fim da precarização, por igualdade de direitos para todos, pela proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, pela ampliação da cobertura da previdência social, pela liberdade de organização sindical. No âmbito mais geral, promover o desenvolvimento econômico do país e a geração de emprego e renda para todos. A ISP propõe estabelecer parcerias, articular e motivar as organizações afiliadas a fim de que se comprometam a adotar medidas estratégicas em torno das questões de preocupação comum, com atuação além das fronteiras e em todo o mundo. No âmbito dos serviços públicos defender o funcionalismo público dos ataques do neoliberalismo e das políticas de privatizações e terceirizações. Fortalecer e organizar a luta em defesa dos Serviços Públicos de Qualidade, protegendo o direito de organização sindical, de sindicalização, de negociação coletiva (Convenção 151 da OIT), por manutenção e ampliação de direitos do funcionalismo público, da democracia e da cidadania.

Organização por Local de Trabalho

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) nasceu defendendo a Organização por Local de Trabalho como ação estratégica. A Organização por Local de Trabalho é um princípio cutista baseado na autonomia, liberdade e gestão democrática exercido no local de trabalho. É no local de trabalho que os trabalhadores iniciam a organização, fazendo frente aos mandos e desmandos e reivindicando melhores condições de vida. Portanto, a luta para democratizar as relações de trabalho e a



conquista de mais direitos perpassa predominantemente pela organização no local de trabalho. Por ser uma prática de todos os trabalhadores as OLTs como são conhecidas é uma das formas mais eficazes organização dos trabalhadores.

É no local de trabalho que se manifestam os conflitos, seja por melhoria salarial, ou outros tais como: doenças ocupacionais, assédio moral, conflitos com chefias e gerências, perseguição e é, portanto, a partir de lá, espaço prioritário para os trabalhadores se organizarem.

A OLT é o que vai permitir que nas mais diversas unidades e equipamentos, dentro de cada secretaria, os trabalhadores possam se organizar e, atendendo as suas especificidades, estabelecer sobre quais parâmetros se dará a relação entre os trabalhadores e seus superiores.

A construção desta cultura, defendida pela CUT e pelo Sindsep, irá garantir que várias situações vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras tais como o Assédio Moral, certamente serão reduzidas e combatidas com maior eficácia se nas unidades os trabalhadores estiverem organizados.

É preciso fortalecer as OLTs existentes, CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, RSU – Representante Sindical de Unidade, sem esquecer que a participação efetiva do maior número de trabalhadores é que irá determinar o sucesso destas organizações. Mais que nunca é necessário que os elos que ligam os trabalhadores sejam fortalecidos.

Ao longo dos anos, o Sindsep busca aprimorar e ampliar o modelo de OLT que defendemos: o RSU- Representante Sindical de Unidade, pois entendemos que a partir desta organização haverá um estímulo aos demais trabalhadores em participar também das CIPAS e dos conselhos representativos, resultando em uma melhora significativa nos ambientes de trabalho.

Podemos estabelecer alguns princípios para o sucesso das OLTs, e dentre eles destacamos :

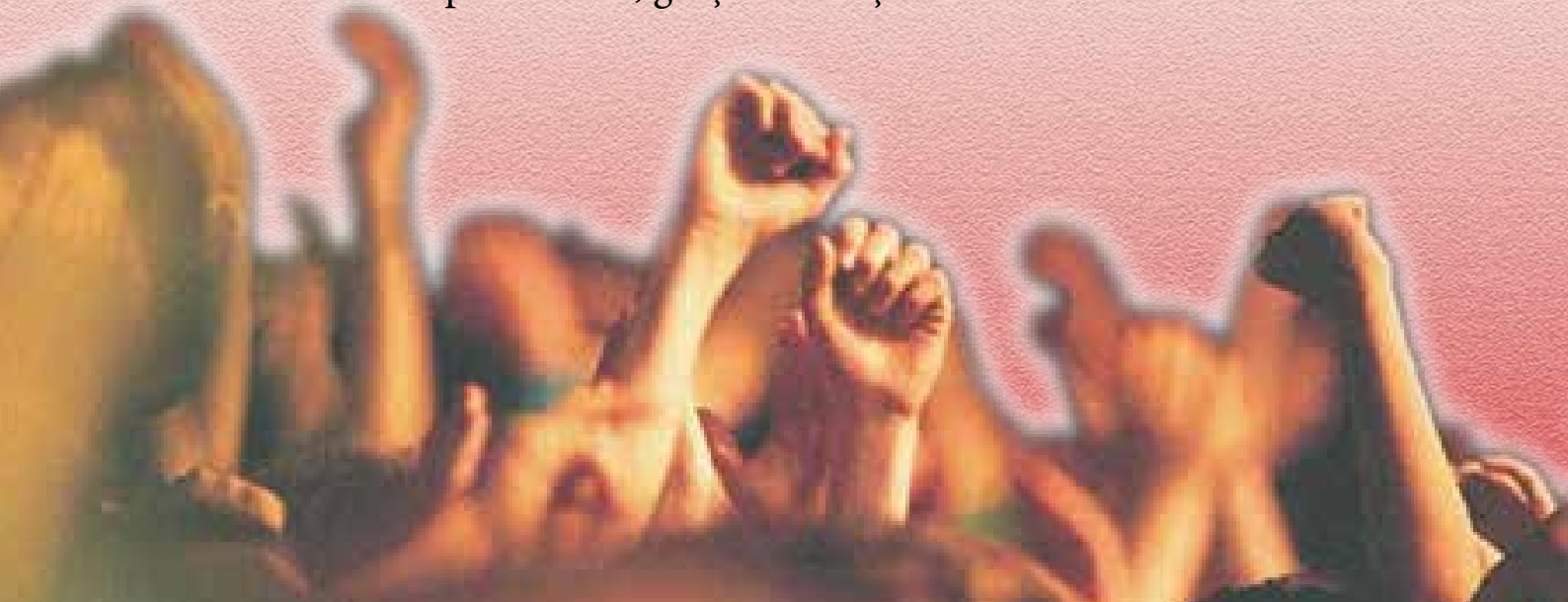
- Introduzir uma relação de respeito na relação de trabalho;
- Democratizar as relações de trabalho;
- Capacitar os trabalhadores para negociação no local de trabalho;
- Exercer o poder de liderança e garantir a hegemonia dos interesses de classe sobre os interesses individuais;
- Representar com precisão os interesses de seus representados;
- Estar muito bem preparada em termos de informação e capacitação, para não ser subjugada por argumentos falsos ou infundados;

E, principalmente, estar muito bem articulada para além do local de trabalho, a partir da compreensão de que o ambiente de trabalho é apenas um elemento de uma série de relações que se estabelecem com a comunidade, o governo, a classe trabalhadora e o meio ambiente. Local de Trabalho é um espaço de lutas!

Educação

O Sindsep, nascido da unidade entre diversas associações do funcionalismo municipal em 1987, encontra importantes raízes em sua fundação na Associação que aglutinava os Trabalhadores da Secretaria da Família e do Bem Estar Social. Muitos profissionais da assistência social, mas principalmente das creches municipais ajudaram a fundar o Sindicato.

25 anos depois, temos as creches transformadas em CEIs e as antigas pajens e depois ADIs trabalhando hoje, como professoras, graças à atuação histórica



do Sindsep. Isso faz com que a Secretaria de Educação garanta o segundo maior número de filiações do Sindsep, mesmo com todas as disputas existentes com outras entidades. Por isso, desde 2011 foram realizados dois Seminários de Educação e seis cursos de formação sindical atendendo professores, gestores, quadro de apoio à educação, Agentes de Apoio, AGPPs e Especialistas de Bibliotecas e Esportes dos CEUs. A formação e organização dos trabalhadores mesmo em um governo autoritário como o de Kassab rendeu frutos de lutas como a garantia de recebimento das GAEs pelos níveis básico e médio e as transferências de Especialistas de CEUs para a Secretaria de Esportes. Por outro lado o governo Kassab não permitiu as vozes das minorias na educação como as professoras e ADIs de CEIs, os quadros de apoio, os readaptados, os aposentados, ignorando e atropelando suas pautas específicas.

O Sindsep é um Sindicato geral, e por isso, sempre respeitou o princípio de dar voz aos pequenos setores. Organizá-los para unificar a luta. Esse espírito esteve presente em todas as formações que realizamos entre 2011 e 2012. As propostas foram sendo construídas, ouvindo-se as demandas dos setores que não tiveram espaço. Por fim, em 2012, durante o Seminário de Educação, os presentes elaboraram a partir do acúmulo de todas as atividades realizadas anteriormente, um conjunto de compromissos que foi encaminhado a todos os candidatos a Prefeito da Cidade de São Paulo. Fernando Haddad respondeu a quase todos os pontos e, agora, assumindo a Prefeitura, chegou o momento de estarmos organizados para cobrar as presentes pautas e as demais que se somarem.

Piso do Magistério e 1/3 da jornada extraclasse

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Cumprimento da lei Nº 11.738/2008 que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, com garantia de 1/3 da jornada do professor para a realização de atividades extraclasse.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Lei do piso do magistério - Enquanto realização do Ministério da Educação sob o comando

de Fernando Haddad, o compromisso de aplicar a lei em São Paulo consta no programa de governo de Haddad Prefeito, como item “C” da proposta para “Valorização e Formação dos Profissionais da Educação” (pg. 60).

Reconhecimento do tempo de ADI para aposentadoria das PEIs Reversão do parecer jurídico que impossibilita o cômputo do tempo de exercício no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, antes da transformação operada pela Lei nº 13.574/03, para fins de obtenção de aposentadoria nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alíneas “a” e “b”, da CF/88, com redação dada pelas EC nº 20/98 e EC nº 41/03, possibilitando aposentadoria voluntária com proventos integrais e/ou proporcionais ao tempo de contribuição com garantia de paridade.

Contagem do tempo de ADI para aposentadoria

Compromisso solicitado pelo Sindsep: O governo Marta Suplicy, para a criação e aprovação da Lei 13.574/2003 que transformou os cargos de ADIs em PDIs, defendeu a tese de que tais profissionais das creches sempre estiveram na mesma função educativa, cabendo apenas garantir a formação, o reconhecimento e a valorização dos mesmos.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Fernando Haddad se propõe a realizar consultas para buscar formas de reverter os pareceres que negam o reconhecimento dos tempos de ADI como função de magistério nas creches municipais.

Educação Especial

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Promoção da inclusão na rede municipal de ensino com programa de suporte ao professor que garanta: atendimento multidisciplinar ao aluno, com integração de políticas educacionais, sociais e de saúde; formação permanente do professor; e redução do número de alunos em salas com alunos que apresentem necessidades especiais, cujo número por sala também deve ter limite estabelecido.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Educação Especial (pg. 61 do programa de

governo) - *Para a efetivação de um sistema educacional inclusivo, o programa de governo de Fernando Haddad propõe a implementação das ações pactuadas no Plano Viver Sem Limite, que tem a “finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo”, tornando a cidade uma referência educacional para todas as pessoas, com e sem deficiência. Para tanto, serão implantadas as seguintes ações:*

A. Recuperação e ampliação dos Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CE-FAls), dotando-os de equipes multiprofissionais para apoio tanto aos estudantes quanto aos educadores;

B. Ampliar o número de escolas acessíveis, com Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão;

C. Prover as unidades escolares de materiais escolares e pedagógicos apropriados;

D. As práticas avaliativas terão concepção diagnóstica, formativa e processual;

E. Realizar formação em serviço a todos os envolvidos no atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação;

F. Garantir transporte escolar acessível aos estudantes com deficiência e transtornos do espectro autista para o turno e contraturno;

G. Adequar os prédios no que tange à acessibilidade;

H. Garantir educação bilíngue para surdos;

I. Implementar o Programa de Formação de Professores de Apoio (PAAI) para uma atuação mais qualificada nas escolas;

J. Ampliar as matrículas dos beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada (BPC) em idade escolar para universalizar o atendimento escolar - nenhuma criança com deficiência fora da escola;

K. Articular efetivamente a escola à Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência para o atendimento integral dos estudantes.

Integração CEI e EMEI

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Integração da educação infantil, hoje fragmentada

em CEIs e EMEIs, unificando as unidades, a política educacional e o tratamento de cargos, carreiras e jornadas dos docentes, superando as dicotomias creche/pré-escola. Unificação da Educação Infantil.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Consta como item “B” das propostas para a educação infantil (pg. 57 do programa de Haddad):

Unificação progressiva do Centro de Educação Infantil (CEI) com a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) (da creche com a pré-escola), que passará a atender crianças de zero a cinco anos em um único local.

E como meio de Valorização dos Profissionais da Educação, paralelamente a um amplo debate na rede, Haddad pretende *realizar estudos sobre mecanismos que permitam que o professor seja lotado em uma única escola, sem perda de direitos* (pg. 60 Plano de Governo Haddad).

Carreira dos Agentes de Apoio e AGPPs

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Integração por opção dos profissionais das carreiras dos Níveis Básico e Médio que atuam nas unidades educacionais e CEUs, no Quadro de Apoio à Educação, garantindo a contagem de tempo anterior nos novos cargos e carreira.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Revisão das carreiras dos Agentes de Apoio e AGPPs - Haddad entende ser muito grande a diferença salarial entre profissionais da educação e das carreiras dos níveis básico e médio, nas mesmas funções, assumindo o compromisso de revisão das carreiras do nível básico e médio conforme consta no nosso Programa de Governo - *Estabelecer política de revisão dos planos de cargos, carreiras e salários visando aprimorá-las* (item B, pg 117 Plano de Governo Haddad).

A revisão das carreiras é um dos itens que faz parte da nossa visão de valorização do servidor público municipal que contempla também a formação, o reconhecimento das entidades representativas dos trabalhadores e a negociação permanente.

Outros pontos importantes de nossa proposta para todos os servidores públicos:

Democratizar as relações de trabalho por meio de instituição de mesas de negociação permanente e outros canais de diálogo entre a prefeitura e o funcionalismo;

Atualizar a legislação referente ao funcionalismo, sobretudo o Estatuto do Servidor Público Municipal (1979);

Criar política integrada de saúde do servidor público municipal e requalificar o Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);

Instituir Política Municipal de Gestão de Pessoas, contendo os seguintes elementos: definição de padrões de seleção, alocação e aproveitamento de servidores, gerenciamento de competências e habilidades dos servidores ativos (aproveitamento de pessoal interno), estudos e projeções do perfil da força de trabalho;

Reformular a Escola de Formação do Servidor Público Municipal, articulando-a com centros de excelência e dotando-a de estrutura adequada para a capacitação dos servidores.

Reorganização dos CEUs e Gestão democrática

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Resgate das concepções originais dos CEUs e integração das novas demandas identificadas pelos trabalhadores como:

Democratização das relações entre chefias e subordinados e da participação no Conselho Gestor;

Revisão do quadro administrativo da gestão dos CEUs e da estrutura hierárquica a qual estão submetidos os Especialistas, com criação de cargos de supervisor de esportes e cultura nas DREs, ocupados por Especialistas efetivos de carreira, que também devem assumir funções técnicas administrativas em SME na gestão das políticas de esporte e cultura nos CEUs;

Exclusividade na oferta dos cargos de coordenação e chefias aos profissionais de carreira;

Organização do atendimento e funcionamento dos CEUs definido pelo Conselho Gestor, com garantia de ampla divulgação e participação dos profissionais e usuários;

Revogação da portaria que determina a distribuição da jornada dos Especialistas nos finais de semana, a despeito das necessidades da co-

munidade, e criação de opção remunerada para os Especialistas com política de benefícios para quem optar por trabalhar aos finais de semana;

Atualização do regimento padrão dos CEUs por uma comissão formada por funcionários efetivos de carreira dos CEUs, comunidade, o conselho gestor e a administração.

Garantia de: fortalecimento dos Conselhos de Escola, Conselhos de CEI e Conselhos Gestores dos CEUs; Recriação dos Conselhos Regionais de Conselheiros de Escola (CRECEs); Criação de um Conselho Municipal dos Conselheiros de Escola com representatividade nos CRECEs e garantia de diálogo permanente com a administração municipal.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Gestão dos CEUs - O programa de governo de Haddad Prefeito prevê a Retomada da Rede CEU (pg. 56 Plano de Governo Haddad) *resgatando o projeto educacional original dos Centros de Educação Unificados (CEUs), o que significa dentre outros pontos, a articulação da Educação com a Cultura, o Esporte e o Trabalho.* No item Gestão Democrática (pg. 61 Plano de Governo Haddad), está prevista também a descentralização da gestão municipal da educação, recriando as coordenadorias de educação em cada subprefeitura, a elaboração de um novo regimento escolar para cada escola, que seja democrático e que fortaleça a autonomia, com a efetiva participação da comunidade escolar e o fortalecimento do conselho de escola ou equivalentes como ferramentas de participação e exercício da cidadania, com as devidas ações de formação política, bem como a implementação do Conselho Regional dos Conselhos de Escola (CRECE) .

Mas, alguns princípios ainda precisam ser retomados para o resgate do projeto original dos CEUs:

a) revisão do regimento interno dos CEUs envolvendo a gestão, unidades escolares e usuários;

b) democratização do processo de nomeação dos Gestores, retomando o modelo de eleição conforme proposta original dos CEUs;

c) retomada e fortalecimento dos Conselhos Gestores de CEUs com atribuição de discutir a organização de rotinas e planejamento das ativi-

dades para garantir o pleno funcionamento dos CEUs, conforme as características e necessidades da região e da comunidade;

d) coordenação dos núcleos de esporte e cultura pelas Secretarias de competência e preenchimento dos cargos de coordenação preferencialmente por profissionais de carreira.

Formação dos profissionais que atuam na educação

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Elaboração de uma política de formação para os profissionais que atuam no apoio à educação e atividades meio, com estabelecimento de convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o MEC, implementando na cidade, o programa Profucionário.

Criação de uma política de formação para os Especialistas de CEUs voltada para a educação e para sua área específica de atuação.

Elaboração de uma política de formação permanente para todos os profissionais da educação.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Política de Formação - A formação dos profissionais da educação tem destaque no programa de governo (pg. 59 Plano de Governo Haddad):

Implantação de 31 polos da Universidade Aberta do Brasil nas subprefeituras, visando a formação superior dos profissionais da Educação, ofertando inclusive mestrado e doutorado, além das seguintes ações:

Preparar os profissionais para utilizar as novas tecnologias como recurso pedagógico;

Criar uma comunidade onde o professor poderá desenvolver conteúdos em grupo e trocar experiências com outros profissionais da área no Brasil e no exterior;

Implementar o programa de capacitação dos profissionais da educação sobre a igualdade de gê-

nero e de raça/cor, para o combate à discriminação das mulheres e dos negros;

Organizar e reforçar o acervo existente na Secretaria; incrementando-o com dados, informações, periódicos etc., constituindo para isto parcerias com universidades, outras bibliotecas, editoras e instituições governamentais e não-governamentais;

Considerar as unidades escolares como o locus da formação em serviço;

Promover a formação permanente no local de trabalho e reconhecer a importância da interação com a comunidade para a formação profissional;

A proposta da Universidade Aberta do Brasil se estende a todos os servidores, inclusive os Especialistas que atuam nos CEUs.

Para os profissionais dos níveis básico e médio que atuam nas atividades de apoio à educação, Haddad implementará em São Paulo, o programa do MEC, Profucionários, destinado à formação em nível técnico dos profissionais que atuam nas atividades meio da educação.

Preocupado com a formação, Haddad irá transformar em realidade também, a Universidade da Zona Leste e o Instituto Tecnológico da Zona Norte.

Negociação com sindicatos e trabalhadores

Compromisso solicitado pelo Sindsep: Garantia de negociação permanente com as entidades representativas dos trabalhadores da PMSP.

Compromisso assumido por Fernando Haddad: Representação dos trabalhadores e negociações - Para cumprir os objetivos de Valorização e Formação dos Profissionais da Educação (pg. 60 Plano de Governo Haddad) é essencial o Fortalecimento do Sistema de Negociação Permanente (SINP), como proposto no Programa de Haddad Prefeito.

Saúde

35

Nos dias 13 e 14 de setembro, o Sindsep realizou, na Câmara Municipal de São Paulo, o 4º Seminário de Saúde. Os principais objetivos de tal encontro foram: situar os trabalhadores acerca do momento de transição ocorrido no modelo de gestão de saúde; sensibilizar e estimular os trabalhadores da saúde a se organizarem e a participarem das lutas coletivas; sistematizar anseios e propostas dos trabalhadores para a saúde pública municipal.

O seminário contou com nomes de peso para discutir as seguintes questões: Concepção e Conjuntura da Saúde Pública no Brasil e no Município de São Paulo; Gestão do Trabalho na Saúde Pública Brasileira e Paulistana; Participação e Controle Social na Saúde Pública Brasileira e



Paulistana. As apresentações de quatro convidados encontram-se disponíveis no site do Sindsep (www.sindsep-sp.org.br).

Além das apresentações dos especialistas em saúde pública, os mais de 160 trabalhadores presentes no seminário tiveram a oportunidade de fazer um diagnóstico da situação da saúde no município de São Paulo, assim como propor ações de luta e resistência por meio de um grande trabalho em grupo. Ao longo das produções dos grupos, diversas falas deram conta de que os vários entraves espalhados por diferentes unidades de saúde no município de São Paulo não são problemas pontuais, mas sim problemas estruturais de uma administração que privilegia a mercantilização da saúde pública em prejuízo de sua função social. Os trabalhos em grupo mobilizados pelo seminário elaboraram o seguinte diagnóstico da saúde no município de São Paulo:

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA: As unidades terceirizadas são pintadas e maquiadas, mas a estrutura de atendimento é piorada. Diversos relatos apontam falta de equipamentos e de profissionais qualificados, assim como grande rotatividade de funcionários terceirizados; profissionais de Organizações Sociais (OS) não atendem os pacientes, encaminhando-os para os médicos da administração direta, desperdiçando a verba pública. A ênfase da ação nas unidades terceirizadas é dada na quantidade de atendimento em detrimento da qualidade das atuações.

GESTÃO DO TRABALHO: Há em curso um processo de desmoralização do trabalhador público, que sofre pressão da chefia (em especial, da administração das OS) para o aumento na quantidade de atendimentos, o que gera sobrecarga de trabalho e adoecimento. Por outro lado, o trabalhador público é obrigado a omitir a realidade que ocorre dentro da unidade sob pena de assédio e perseguição por parte da chefia.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: A visão autoritária e de descrédito para com o processo, a participação e controle social leva os gestores a boicotarem, pressionarem negativamente e manipularem conselhos e conselheiros. Muitos relatos deram conta, em especial, dos “entraves” que as OS colocam para impedir o pleno funcionamento do controle social em unidades sob sua gestão.

SUS QUE QUEREMOS: Os trabalhadores da saúde reafirmaram o desejo por um sistema de saúde efetivamente público, sem intervenções de setores privados. Do mesmo modo afirmaram a crença nas diretrizes e nos princípios integrais do SUS, com ênfase no papel da promoção e da proteção à saúde.

SAÍDAS POSSÍVEIS: Os trabalhos não se restringiram à constatação de uma situação, mas também propuseram ações e intervenções na realidade. As principais propostas para enfrentar a atual situação da saúde pública municipal foram:

- Realização de uma luta conjunta, sistemática e com diferentes atores sociais em busca da participação única do Estado na saúde, contra as privatizações, as terceirizações e as “parcerias” com as OS, na defesa do servidor público, pela abertura de concursos públicos e pela equivalência salarial de todas as categorias.

- Mobilização dos trabalhadores por local de trabalho: união entre os trabalhadores, representantes dos Movimentos Populares de Saúde, RSU, Cipeiros e conselheiros gestores.

- Esclarecimentos aos usuários sobre as diretrizes integrais do SUS e o que representam as terceirizações, por meio de uma cartilha e de uma campanha em defesa da implantação integral do SUS.

- Incentivo aos trabalhadores para que façam o curso da ouvidoria, assim como fiscalização da ação para que a ouvidoria dê respostas efetivas às denúncias recebidas.

- Fiscalização de todos os empenhos e repasses de verbas via Fundo Municipal de Saúde por meio do controle social.

- Escolha responsável dos representantes nos diferentes conselhos e fiscalização de ingerências no processo de indicação de representantes (especialmente nos segmentos dos usuários e dos trabalhadores). Realização de denúncias, ao Ministério Público e à promotoria, nos casos de irregularidades para com o processo de controle social.

- Reunião formativa mensal para conselheiros no Sindsep e produção de uma cartilha com “Orientações sobre os Conselhos Gestores”.

- Ocupação qualificada de todos os espaços e fóruns de participação, fortalecendo as plenárias de saúde, assim como a constituição de uma Comissão Interconselhos.

Saúde do trabalhador

37

A saúde do trabalhador sempre foi debatida e tratada com prioridade no Sindsep. Desde a fundação do Sindicato, em vários momentos, realizamos atividades com o intuito de aperfeiçoar nossas ações no que tange à saúde e à segurança dos trabalhadores. Apesar de todos os esforços,



o número de doenças relacionadas ao trabalho ainda é expressivo, sinalizando que é preciso ampliar ainda mais os debates e as discussões sobre o tema.

É de extrema importância que se conheça a legislação e também que se amplie a atuação das Comissões Internas de Prevenção a Acidentes (CIPAs) nos locais de trabalho. Com isso podemos não apenas desenvolver nossas atividades, mas também intervir nos processos de trabalho. Com esse objetivo, realizamos o 1º Seminário de Saúde do Trabalhador, com ampla participação dos trabalhadores de todas as secretarias e de todas as regiões.

Convidamos nomes respeitados para um debate sobre o tema “Transtornos Mentais e o Assedio Moral: Os Grandes Vilões da Saúde do Trabalhador”. Ficou clara em todas as falas a importância da organização dos trabalhadores para a proteção da saúde e a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. Estimular a participação e ampliar o conhecimento sobre direitos dos trabalhadores, principalmente os relativos à saúde e à segurança, é fundamental.

Como bem destacou o pesquisador e professor Koshiro Otani, “o trabalho no serviço público carrega uma série de estigmas”, o mais grave é o conceito de que o “servidor público está ali para servir”, descaracterizando, assim, o seu trabalho. Somos trabalhadores e precisamos ser tratados como tal.

A saúde do trabalhador não pode ser tratada só como a ausência de enfermidade, mas como um conjunto de medidas que efetivamente me-

lhorem suas condições de vida. Assim, algumas considerações se fazem necessárias frente às demandas identificadas durante a atividade. Existe um anseio pungente de participação. Os trabalhadores querem e precisam debater os ambientes de trabalho. Não podemos lidar com as questões advindas desses ambientes como ações isoladas ou individuais.

Melhores condições de trabalho, melhores relações interpessoais, melhor atuação das Organizações Sociais (OS), mais materiais de uso contínuo e mais equipamentos essenciais para o trabalho são algumas das demandas elencadas pelos trabalhadores. Por isso, atitudes como as descritas a seguir são fundamentais:

- Atividades de formação e informação voltadas para cipeiros com o intuito de auxiliá-los na sua atuação no local de trabalho.
- Criação de mecanismos de promoção à saúde dos trabalhadores de setores específicos, de modo a aprimorar a ação de prevenção.
- Exigência de uma ampla reestruturação do Departamento de Saúde e Segurança (DEES), de modo que o órgão efetivamente promova a saúde e a segurança dos trabalhadores.
- Realização de seminários e palestras sobre temas ligados à legislação de saúde e segurança do trabalho.
- Fortalecimento das CIPAs como instrumento efetivo de mudança nos ambientes e nas relações de trabalho.

Não podemos esquecer que saúde e segurança é um direito de todos os trabalhadores.

Agentes de Apoio

39

Essencial ao serviço público e à cidade

Não existe outro profissional na Prefeitura de São Paulo que esteja mais presente que os Agentes de Apoio. Eles estão por todas as partes. São milhares, aproximadamente 16.600 e são imprescindíveis, essenciais à cidade de São Paulo. Não há dúvidas que sem eles a cidade para. No entanto, a Administração Pública não dedica o



devido respeito a esses profissionais. A desvalorização se traduz nas péssimas condições de trabalho, na péssima remuneração salarial, na extensa jornada de trabalho, na falta de investimento em capacitação profissional.

O cotidiano desses profissionais não é fácil. Há um sentimento muito forte de que o grande esforço da Prefeitura é para que os agentes se demitam. Existe um assédio moral generalizado e um desrespeito à função, até porque em alguns casos os Agentes de Apoio ficam sem função específica. Os trabalhadores relatam grande desmotivação e não se sentem integrados nas unidades onde trabalham, seja por conta das questões salariais, seja por conta do tratamento que recebem.

40 A descaracterização das funções teve como consequência imediata a perda de identidade dos trabalhadores. Um vigilante, uma cozinheira, um mecânico, um pedreiro se viram obrigados a cumprir outras funções. A Prefeitura ignorou o fato de que esses profissionais foram aprovados por meio de concurso para funções específicas, com as quais se identificavam. A volta da nomenclatura específica de cada cargo valoriza a profissão do agente de apoio e seu trabalho. Também devem ser discutidos os salários de em uma das funções.

Há um desvio de função e, por vezes, o trabalhador executa uma função acima daquela para a qual prestou o concurso, mas não há nenhum reconhecimento profissional ou salarial. A comunicação interpessoal – atendimento ao público, prestação de informações, atendimento telefônico, recepção e/ou repasse de recados – também é um aspecto bastante requerido para o trabalho executado pelos Agentes de Apoio; porém, os que atendem ao usuário do serviço público não recebem gratificação pelo atendimento ao público. A Prefeitura sabe bem se mobilizar para desamparar os Agentes, mas o contrário não.

A terceirização não foi boa para os cidadãos. Os serviços não melhoraram: essa é uma importante denúncia dos servidores. Há desvalorização dos trabalhadores, há precarização do trabalho, há a prática do assédio moral. Também é comum que a chefia utilize trabalhadores concursados para cumprir atividades de trabalhadores terceirizados num claro desrespeito à lei que autoriza a terceirização. Essa convivência tem que acabar!

A terceirização tem acabar! A terceirização também não é boa para os trabalhadores, pois retira direitos e benefícios conquistados ao longo da história de suas lutas.

Com o fim da terceirização precisamos da abertura de novos concursos públicos, inclusive internos, para a readequação dos Agentes. A Administração Municipal precisa rever questões de promoção e remoção. Não é compreensível que se fique à mercê das vontades das chefias, com objetivo de evitar ociosidade e assédio moral. A chefia precisa ser orientada por algum documento que limite o trabalho de cada servidor.

A Prefeitura não tem clareza sobre o trabalho do Agente de Apoio. Não adianta colocar um trabalhador para executar uma função sem o devido treinamento. A capacitação necessária aos funcionários públicos não chega até os Agentes de Apoio, que, mesmo sendo os profissionais com os menores salários da Prefeitura, têm um entendimento muito melhor que o prefeito. Invariavelmente o servidor tem um potencial desperdiçado por uma Administração incompetente.

Os Agentes de Apoio são excluídos de inúmeras atividades propostas pela Prefeitura. Portanto, querem que seja criado um programa específico de cursos, com a devida dispensa independentemente do aval da chefia, com a concordância dos trabalhadores e com a participação do Sindicato na sua elaboração, e que esses cursos sejam amplamente divulgados, para que todos possam ter acesso.

O trabalho do Agente de Apoio é muito desgastante seja do ponto de vista físico seja do ponto de vista emocional, por isso, se faz necessária a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem a redução de salário.

Salário esse que é insuficiente. Portanto, é necessário um reajuste imediato e um plano para que em breve o Piso seja igual ao salário do Dieese. Não é possível que um trabalhador tenha como salário um valor menor que o salário mínimo. Os Agentes de Apoio vivenciam uma dura realidade quando se aposentam e têm seus salários diminuídos, por isso, reivindicam a incorporação integral de todas as gratificações para os aposentados, além do pagamento quando houver licença médica.

Essas foram as principais constatações a

que chegaram os Agentes de Apoio, reunidos nos seminários promovidos pelo Sindsep, ocorridos em 2012 nos dias 16 e 17 de abril e 2 e 3 de agosto, com o objetivo de debater estratégias concretas para um trabalho decente, com qualidade, respeito e valorização. Nesses seminários também foi debatida a relação entre o Plano de Carreira, Cargos e Salários com o conceito de trabalho decente e a valorização do trabalho dos Agentes de Apoio, apontando propostas, estratégias e ações para a revisão do PCCS. Também foi constituído um Grupo de Trabalho, que se reúne todo segundo sábado de cada mês, para debater ações organizativas e de mobilização dos Agentes de Apoio.

Os Agentes de Apoio presentes aos seminários pactuaram um comprometimento com a luta. Milhares de trabalhadores juntos podem fazer um grande barulho! E vão fazer! O Sindicato é o responsável por organizar a luta, mas os trabalhadores estão conscientes de que a cada dia no seu local de trabalho eles têm a tarefa de mobilizar mais companheiros para que as lutas se efetivem em direitos concretos.

Os Agentes de Apoio vivem a cidade de São Paulo e são alma do serviço público!

Todos os debates resultaram nas seguintes propostas:

Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Nível Básico:

1. Ter o direito de participar de concurso de remoção, semelhante ao ocorrido em SME, de forma a possibilitar o trânsito de trabalhadores para outras secretarias;

2. Promover cursos de capacitação e qualificação que possibilitem pontuação para a promoção (passagem do nível I para o II) e progressão (passagem de uma categoria para outra);

3. Garantir um processo de capacitação profissional opcional, que atenda aos interesses de cada trabalhador, executado pela PMSP;

4. Exigir o cumprimento do decreto n.

45.869, de 5/3/2005, que regulamenta a capacitação dos Agentes de Apoio por treinamentos e cursos para eles serem aproveitados em outras atribuições;

5. Exigir que a PMSP faça capacitação contínua para os Agentes de Apoio, para preencher cargos vagos nas secretarias (decorrentes do fim de terceirizações de serviços), bem como assumir outras funções estabelecidas no cargo largo, proporcionando cursos de aperfeiçoamento tecnológico;

6. Criar seleção anual que possibilite que o Agente de Apoio realize a mudança das atividades e atribuições que lhe cabem, proporcionando novos aprendizados;

7. Reduzir a jornada de trabalho dos Agentes de Apoio de 8 horas diárias/40 semanais para 6 horas diárias/30 semanais, sem diminuição dos padrões de vencimentos;

8. Premiar o servidor que se aposentar por tempo de serviço, por meio de progressão ou promoção na carreira;

9. Ter o reconhecimento pela PMSP, para todas as carreiras e quadros, da contagem do tempo como servidor admitido, com a revisão dos reenquadramentos feitos, ocasionando revisão e elevação dos padrões de vencimentos;

10. Possibilitar que os Agentes de Apoio aposentados tenham seus proventos aumentados, considerando-se o percentual de diferença entre o padrão de vencimentos pelo qual foram aposentados e o imediatamente superior, dentro do mesmo nível ou no nível superior, a depender de cada caso, como compensação pelo não recebimento da Gratificação de Atividade, de forma retroativa a 25/3/2011, data de criação dessa gratificação;

11. Estender o pagamento da Gratificação de Atividade a todos os agentes de apoio aposentados, independentemente da data em que se deu a aposentadoria;

12. Estender o pagamento da Gratificação de Atendimento ao Público (GAP), criada pelo artigo 80 do PCCS de Nível Médio (Lei Municipal nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004) cujo recebimento é compatível com a Gratificação de Atividade, a todos os ocupantes do cargo de Agente de Apoio lotados e em efetivo exercício nas unidades de atendimento;

13. Possibilitar aos Agentes de Apoio lotados em SME a transformação do cargo de Agente de Apoio lotado na SME em Agente Escolar e/ou Auxiliar Técnico de Educação (ATE);

14. Abrir novos concursos públicos e concursos internos;

15. Acabar com a terceirização que prejudica a qualidade do serviço público, além da qualidade de vida do trabalhador;

16. Considerar os períodos de licença para tratamento de saúde como tempo de efetivo exercício na categoria para fins de progressão e promoção;

17. Aplicar imediatamente a lei municipal que proíbe o assédio moral de trabalhadores no serviço público municipal;

18. Exigir que a Prefeitura publique anualmente, no Diário Oficial do Município de São Paulo, o percentual e o número total de trabalhadores que estão nos níveis I e II da carreira de Agente de Apoio, bem como o número de cargos de agente de apoio vagos, de forma que seja possível fiscalizar as possibilidades de evolução funcional e de realização de novos concursos públicos de ingresso.

Legislação

Leis que regem a relação do Agente de Apoio com a Prefeitura:

Lei Municipal nº 13.652/03 – principal: Plano de Cargos, Carreiras e Salários de Nível Básico.

Lei Municipal nº 15.364/11: Institui a Gratificação de Atividade, a ser concedida aos servidores municipais integrantes nas carreiras dos níveis básico e médio do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de São Paulo.

Decreto Municipal nº 45.869/05: Regulamenta o aproveitamento dos integrantes da carreira dos servidores de nível básico em qualquer das atividades estabelecidas para o cargo de Agente de Apoio, na conformidade da previsão contida nos artigos 61 e 62 da Lei nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nas condições que especifica. Exige que a PMSP faça capacitação contínua dos Agentes de Apoio.

Decreto Municipal nº 51.564/10: Regulamenta a progressão funcional.

Decreto Municipal nº 51.568/10: Regulamenta a promoção.

Decreto Municipal nº 52.310/11: Regulamenta o pagamento da Gratificação de Atividade.

Verde e Meio Ambiente

43

O Sindsep considera que um modelo importante a ser considerado no país e na cidade de São Paulo é o da cidadania como condição para o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma política cultural e econômica que considera os direitos em primeiro plano, sobretudo, nesse caso específico, o direito ambiental. Desenvolver-se levando em consideração os direitos humanos e fundamentais,



o acesso à vida digna com qualidade de vida, com educação, saúde, transporte público, moradia, cultura, esporte e lazer.

Políticas públicas que reconheçam as especificidades regionais, territoriais e culturais. Essa ideia é contrária à compreensão estruturada no desenvolvimentismo a qualquer custo, para a competitividade capitalista no mercado interno e externo, isto é, a concepção que propõe um desenvolvimento que promete a cidadania, a famosa ideia: primeiro crescer para depois distribuir o bolo. Primeiramente, o crescer aqui, numa dimensão sustentável, é fazê-lo em consonância com as dimensões humanas, ambientais e culturais; distribuir refere-se aos recursos necessários para uma vida com qualidade em harmonia com os apelos necessários da natureza – na aceitação de que o preço que se paga pela industrialização, seja de que tipo for, não vale a perda de territórios, de cultura e de vidas humanas. Reiteramos a necessidade de acumulos na compreensão de que a natureza tem suas leis e de que a política pública precisa entender melhor o quanto o mundo urbano necessita conviver com as dimensões naturais para que possamos continuar a existir, ou para que possamos viver de uma maneira mais digna dentro das grandes cidades. Necessitamos entender que o projeto político-econômico necessita sempre estar subordinado às distintas lógicas dos sujeitos sociais, e não o contrário.

Ao que parece, as grandes transformações tecnológicas continuam não sendo pensadas pela sociedade, pelos governos; a lógica da competitividade capitalista, de expansão da grande indústria como único modelo possível para a vida em sociedade, impera com força brutal. Reproduzimos os modelos das potências industriais, como se a saída para a sobrevivência fosse somente essa. Deixamos de lado a possibilidade de sair dessa engrenagem e de reinventar outras formas sociais autossustentáveis de maneira solidária e justa. Vivemos um momento histórico no qual o homem que era a medida de todas as coisas perdeu esse lugar para a tecnologia e a informação, que passaram a ser a medida de todas as coisas.

Para o Sindsep, os seres humanos cons-

tituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento, o que permite dizer que defendemos um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso aos recursos naturais e ao seu uso e na preservação da biodiversidade; socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e na promoção da justiça e da equidade; culturalmente sustentável na conservação do sistema de valores e práticas simbólicas, na construção permanente de identidades culturais que integram socialmente e culturalmente os sujeitos; politicamente sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões da esfera pública. Tal visão constitui também uma nova ética, na qual os objetivos econômicos de desenvolvimento são subordinados às leis dos sistemas naturais, de respeito à dignidade humana e da qualidade de vida. Isso implica dizer que o crescimento está ligado à insustentabilidade, justamente porque poderá trazer, e em geral traz, o não respeito e a não qualidade de vida – no sentido mesmo de felicidade das pessoas –, aspectos esses que transcendem os valores mercantis do “Deus mercado” e incluem aquilo que é profundamente humano, demasiado humano: as dimensões sociais, culturais, estéticas, físicas, materiais e espirituais/subjetivas.

Inegável dizer que no âmbito municipal, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) da cidade de São Paulo, certamente até o momento não foram esses os referenciais teóricos que nortearam os trabalhos. As queixas de descaso para com as políticas na Secretaria, seja no que tange as questões urbanas ambientais seja na dinâmica interna das necessidades práticas dos trabalhadores, é algo constante. É evidente que isso é o resultado da descontinuidade de trabalhos e das visões dominantes na rotina da cidade que não orientam para a formulação de uma compreensão ampla das questões ambientais rumo a uma compreensão cidadã do desenvolvimento urbano.

A modernização conservadora, com visão arcaica e elitista, é marca da cidade de São Paulo. A transformação pela qual passou a cidade não levou em consideração aquilo que foi referido

anteriormente, o mínimo de visão republicana cidadã. O desenvolvimento proposto foi sempre pautado pela lógica da industrialização e do trabalho, sem espaço para as dimensões humanas, culturais e ambientais. Como é do conhecimento de muitos, a cidade de São Paulo é emblemática nesse aspecto; nenhuma outra cidade do país sofreu tanto, em intensidade, seu deslocamento como área a ser tomada e voltada pela grande indústria e comércio. Isso foi feito sem o devido ou o mínimo cuidado, por projetos, quando existiam, pautados pela lógica do mercado.

Os problemas ambientais da cidade são o resultado dessa política de uma tradição dominante que permeia a vida dos paulistanos. Estudos ambientais e urbanistas mostram que os rios, no início do século passado, passaram a ser vistos mais como barreiras ao progresso do que como promotores de desenvolvimento. Uma visão mercantilista que favoreceria apenas uma pequena parcela da população (especialmente empreiteiros e proprietários de terras) acabou prevalecendo sobre uma visão mais tecnicamente viável, que pensava as consequências das decisões em termos de uma parcela maior da população, e num horizonte de tempo mais amplo. Essa lógica impera na cidade até hoje, a “força da grana que destrói coisas belas”.

Importante termos em mente que muitas vezes decisões técnicas são colocadas de lado, e impera a lógica da decisão política atrelada aos grandes grupos financeiros. Dificilmente ficam claras para a população em geral as dificuldades pelas quais os especialistas e técnicos passam e como suas recomendações são tratadas nos longos processos de decisões envolvendo intervenções urbanas.

A reflexão dos trabalhadores da SVMA e a realidade vivenciada no seminário realizado pelo Sindsep possibilitaram um amplo debate sobre as concepções de desenvolvimento urbano e meio ambiente e também sobre as condições de trabalho. Por meio dos grupos formados com os participantes, foi construída a seguinte proposta, em síntese:

Questões salariais

Contemplação com gratificação por desempenho ou produtividade os profissionais do Qua-

dro dos Profissionais da Saúde (QPS) lotados em SVMA excluídos de qualquer gratificação.

Adequação das regras para cálculo da Gratificação por Desempenho de Atividade (GDA), já que a produtividade dos funcionários de SVMA que recebem essa gratificação está vinculada à produtividade de SEHAB.

Questões funcionais

Necessidade de promoção de concursos públicos para suprir carência de funcionários.

Questionamento dos processos de terceirização de serviços de SVMA que já são realizados pelos estatutários; por exemplo, atividades da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre (DEPAVE-3).

Solução para o Assédio Moral sofrido por funcionários em SVMA.

Proposta de concurso anual de remoção para todos os servidores de SVMA, tendo em vista as dificuldades encontradas por funcionários Especialistas em Meio Ambiente (EMAs) na transferência entre setores e secretarias.

Necessidade de transparência nas propostas de instrumentos legais por SVMA, como por exemplo a proposta de criação da carreira de Administradores de Parques.

Possibilidade para que o servidor que não realiza atendimento ao público possa cumprir as quarenta horas semanais de forma diferenciada ou contínua.

Capacitação

Necessidade de licenças remuneradas para realização de pós-graduação, mestrado e doutorado, tendo em vista que a promoção funcional exige esse tipo de titulação. Elaboração de convênios com universidades como USP, UNESP e UNICAMP para a realização de cursos de pós-graduação nas áreas técnicas de SVMA.

Necessidade de promoção de cursos técnicos de capacitação também para funcionários dos níveis básico e médio, bem como liberação de recursos e de dispensa de ponto. Está incluída nessa proposta a extensão para os servidores de nível médio de alguns cursos oferecidos apenas para o nível superior.

Transparência nas regras de participação de

curso e congressos e em seus procedimentos de liberação, tendo em vista a demora na tramitação dos processos.

Estrutura organizacional da Secretaria

Discussão sobre a readequação da estrutura de SVMA – principalmente do Departamento de Controle de Qualidade Ambiental Geral (DECONT) – visando otimizar o desenvolvimento das atividades.

Infraestrutura e apoio logístico

Adequação dos espaços físicos dos setores para comportar as equipes e as atividades técnicas, bem como melhoria da infraestrutura e de equipamentos de informática tanto na sede de SVMA quanto nas unidades descentralizadas da Secretaria.

Melhoria dos serviços de transporte em SVMA, que tem dificultado o desempenho de atividades externas, inviabilizando alguns serviços emergenciais, como o transporte de animais silvestres pelo DEPAVE-3.

Cultura

47

Antes de entrarmos propriamente na reflexão da importância das políticas públicas de cultura, julgamos necessário compreender mais a fundo o conceito de cultura. Isso porque grandes e profundas distorções ocorrem nesse campo, o que impede o entendimento correto da cultura e do trabalho com cultura. Portanto, algo que afeta diretamente todos na



sociedade, principalmente aqueles que trabalham com política cultural.

A cultura não é apenas um corpo de trabalho imaginativo e intelectual, é também e essencialmente “todo um modo de vida”. A maneira corrente de entender a cultura como sendo aquela apenas voltada às belas-artes e ao trabalho intelectual promoveu na sociedade em que vivemos uma separação entre aqueles que teriam cultura, os chamados cultos, e os que não a teriam, os incultos. Mas essa concepção perde sentido quando aprofundamos a compreensão sobre cultura e natureza.

48 Vejamos que é trabalhando o mundo da natureza, que não fizemos, e intervindo nele, que criamos o mundo da cultura. E já aqui temos o entendimento da cultura como sendo expressão de todo o esforço criador humano. Esforço esse não apenas intelectual ou artístico, mas de toda e qualquer criação humana. É cultura a forma como comemos, bebemos, dormimos, dançamos, amamos, lutamos, como nos relacionamos, como construímos nossas casas (e também como destruímos), nossos encontros e desencontros com o outro; como atribuímos valor às coisas, à maneira de falar, de viver a perda e de celebrar a alegria. Nesse sentido, é tão cultural a roça do camponês que, impulsionado pela necessidade da comida, prepara a terra, quanto a poesia ou a música do artista moderno. É cultura também os diversos instrumentos com os quais esse camponês trabalha a terra e a maneira como o faz, assim como a melodia do cantor e a obra do poeta. É cultura a literatura do escritor, culturalmente influenciado pelo momento histórico, político e social de seu tempo, e a reza ou benzedura que o homem do campo e da cidade realiza. É tão cultura os bonecos de barro, o cordel e os estandartes do sertanejo do nordeste brasileiro, quanto a tela pintada pelo artista clássico ou contemporâneo. Todos esses exemplos revelam atividades culturais humanas que deixam sua marca no cotidiano e na história.

Entendendo agora cultura como todo um modo de vida e como sendo expressão de qualquer atividade humana, descobrimos que somos todos seres criadores e capazes de intervir na natureza, de modificá-la. Assim, enquanto ser cultural, é o homem o único capaz de transformar a

natureza. Paulo Freire, em *Pedagogia da Indignação* (p. 98) afirma: “*se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defendermos do frio ou do calor, se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, ou da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos: o da cultura, o da história, o da política?*”.

Ao transformar a natureza, gerar cultura, os seres humanos transformam a si mesmos e o mundo. Alguns poderiam se perguntar, mas onde estão essas mudanças, já que não as percebo claramente no meu cotidiano, na sociedade? Ainda que possamos em muitos momentos não “escutar” e “sentir” as transformações das quais fazemos parte, elas estão presentes, ao redor de nossos movimentos como sujeitos da história. O que ocorre é que por meio das tradições culturais dominantes que se impõem e se cristalizam na realidade social, as mudanças levam tempo, são lentas e não são da forma como muitas vezes gostaríamos que fossem. Mudar a cultura (modo e compreensão da vida) é algo que exige vontade, esforço, tempo e depende da superação do conformismo pela resistência, em nome da mudança, no sentido da preservação dos traços culturais que se deseja manter, e da cultura diferente, com novos valores que se deseja ter e viver.

Essa introdução se faz necessária porque grande parte daqueles envolvidos com processos culturais ainda tratam a cultura como manifestação do “culto”, o que leva ao preconceito em relação às atividades e aos lugares onde a cultura existe. As leis destinadas à cultura têm trabalhado com um conceito restrito de cultura e, portanto, voltam-se principalmente aos produtores artísticos e deixam de lado as práticas cidadãs, da construção da esfera pública, dos valores, dos comportamentos, das práticas cotidianas e dos modos de vida.

O Sindsep quer saber, no campo da política cultural da cidade, quem são os trabalhadores da cultura, quantos são, onde estão, a que se dedicam, o que caracteriza o trabalho, o que diferencia esse trabalho de outras atividades. Gostaríamos, em outros aspectos, de nos aproximarmos para conhecer a dificuldade do trabalho e das funções, a vulnerabilidade a que estão submetidos os tra-

balhadores da cultura, os aspectos da terceirização comuns na atividade cultural. Precisamos de fato discutir as relações de trabalho na cultura: Organização Sindical e Formas de Organização Coletiva. Precisamos ir a fundo na busca por proteção dos direitos dos trabalhadores do setor e lutar juntos por um trabalho decente e digno. Precisamos, então, mapear os problemas que dificultam o trabalho do agente cultural.

No Sindsep, entendemos que, para além da contribuição ao desenvolvimento da sensibilidade e subjetividade humanas, as atividades artísticas e culturais são formas eficazes de retomada do crescimento econômico e social da cidade e do país.

É preciso um fortalecimento do aparelho de Estado para exercer o seu papel fiscalizador sobre os concursos públicos para reduzir a terceirização na máquina pública também no que se refere ao trabalho cultural, tão primordial para a cidade e para a vida das pessoas. Pensamos que a mudança necessária na cidade depende da intenção dos governantes, da qualidade da gestão e da força organizada da sociedade civil, mas depende também do novo modo de pensar e agir que criarmos, com ousadia e sem medo.

São Paulo tem sido cantada em prosa e verso como cidade multicultural, plena de identidades e diversidade. No entanto, a cidade multicultural é ainda pouco intercultural se levarmos em conta os diálogos entre suas diversidades formadoras e mesmo entre os territórios culturais, basta pensarmos no centro e na periferia; há na cidade um fosso entre essas duas realidades. O caminho para transformar isso, para o Sindsep, é o diálogo intercultural, é a mistura dos povos todos que a habitam e têm, sim, direito à cidade, à cultura produzida na cidade.

Para isso, o trabalhador da cultura é fundamental, a formação continuada do agente cultural é de suma importância, a valorização, o respeito à dignidade do trabalhador da cultura é que podem contribuir e possibilitar as transformações necessárias nesse campo. Sem uma política pública cultural que valorize o agente cultural não podemos de fato realizar as mudanças necessárias para um bem viver na cidade de São Paulo, que é dura, sim, e muito cruel, mas que é repleta de fazeres culturais que se encontram dispersos e pouco potencializados.

Para o Sindsep, o papel do pensar e do executar do trabalhador da cultura tem que ser valorizado e respeitado; ele não pode ficar sem formação, tem de ter direito a proteção social, tem de ser bem-remunerado, estimulado na importância de seu trabalho. Os agentes são os grandes responsáveis pela construção de uma política pública de cultura; não há política pública de cultura ou ação cultural sem o trabalhador da cultura.

São necessárias algumas atitudes:

- Estruturação e organização da Secretaria Municipal de Cultura (SMC);
- Maior divulgação dos serviços prestados pela SMC e melhoria da comunicação interna e externa;
- Reestruturação do ambulatório médico que já existe na Galeria Olido, inclusive com médico do trabalho;
- Fim das Organizações Sociais, com valorização da administração direta e dos servidores com experiência acumulada;
- Acesso aos eventos culturais de cidade com garantia de ingressos para os trabalhadores da Cultura;
- Concurso público para reposição do quadro de trabalhadores da Cultura, inclusive técnicos de nível universitário, médio e básico, além do administrativo;
- Reestruturação dos PCCSs com criação de cargos de geólogo, arqueólogo etc., a partir de diagnóstico e revisão das TLPs;
- Constituição de comissão de funcionários para acompanhar as discussões sobre as políticas da Secretaria;
- Resgate da proposta (missão) da SMC;
- Isonomia entre funções para suprimir as diferenças criadas por ações salariais;
- Reversão de critérios e valores sobre as Convocações, além de sua incorporação na aposentadoria;
- Reestruturação dos admitidos;
- Instituição de uma política de formação para os servidores da Cultura;
- Criação de formas de afastamento remunerado e garantia de acesso para a formação em pós-graduação nos termos da convenção 140 da OIT;
- Revisão dos critérios de insalubridade para trabalhadores da SMC.

Mulher

No Brasil, estatísticas oficiais e diversos estudos acadêmicos revelam que existe uma verdadeira pirâmide social e de gênero ao se distribuir a população de acordo com os seus rendimentos. Nela, os homens brancos ocupam o topo da pirâmide, recebendo os melhores salários; abaixo deles estão as mulheres brancas; na terceira posição, aparecem os homens negros;



e na base dessa pirâmide salarial encontram-se as mulheres negras, que recebem os menores rendimentos.

Na atualidade as mulheres ingressam maciçamente no mercado de trabalho; aquele que era o espaço dos homens passa a ser também o delas. No entanto, elas vivenciam essa realidade numa situação de alta vulnerabilidade. Formam parte dos setores mais desprotegidos, uma vez que seus salários são mais baixos; inserem-se, em sua maioria, no setor informal da economia; têm menos oportunidades de formação profissional e suas taxas de desemprego são superiores às masculinas. As mulheres são 70% dos pobres no mundo, segundo a Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) – esse fenômeno é identificado como a “*feminização da pobreza*”.

No setor público a realidade da desigualdade para as mulheres não é diferente. Pesquisa realizada no setor desmistificou a ideia de que, por haver concursos públicos para contratação de trabalhadores, e por haver a obrigação legal da isonomia salarial, não haveria diferenças de remuneração entre homens e mulheres. Ao contrário, identificou-se que em praticamente todos os setores dos serviços públicos as mulheres ganham menos do que os homens e que quanto maior a presença de mulheres em determinada área, menor é a remuneração média do conjunto – a isso podemos dar o nome de *discriminação salarial de gênero*. Para entender essa realidade, é importante considerar o passado excludente a que sempre foi colocada a mulher na sociedade, basta considerarmos que historicamente elas, no meio cultural da sociedade brasileira, foram colocadas como seres humanos de segunda classe.

Hoje assistimos, seja no espaço da vida privada das mulheres, seja no da pública, uma forte discriminação que reproduz ainda os valores machistas construídos há séculos, contextualizada na nova realidade de vida delas: pesquisas apontam que, mesmo com a maior participação feminina no mercado de trabalho, no espaço privado as mulheres são as pessoas que mais realizam os trabalhos domésticos e também as que mais cuidam dos filhos, cumprindo então, uma dupla jornada de trabalho, a de dentro (privada – de casa) e a de fora (pública – do trabalho). Nessa dupla

divisão, duas formas de exploração e de violência se complementam em relação às mulheres:

- **no mundo do trabalho**, elas são vítimas de preconceito e de discriminações ao desempenhar suas funções e têm remuneração menor que a dos homens, ocupando funções e cargos iguais;

- **no mundo privado da casa/doméstico**, realizam a maior parte das tarefas do lar e são vítimas de agressões cotidianas que variam de autores, entre o pai, irmão, namorado e marido; muitas inclusive vivenciam os desmandos em várias fases da vida, como filha e como esposa.

Portanto, fora a desigualdade no trabalho e em casa, muitas mulheres ainda convivem no país com uma brutal violência doméstica. Muito comum os homens ainda se sentirem com poder de posse sobre a mulher, como se ela fosse um objeto que ele adquiriu. Os índices de agressões físicas e assassinatos são altíssimos, e as causas vão desde a não aceitação por parte das mulheres da situação de violência que sofrem diariamente até os términos de relacionamentos não aceitos pelos homens – que matam simplesmente porque não admitem a separação. Dados também alarmantes são os das agressões sexuais atingindo as mulheres das mais diferentes faixas etárias.

As muitas conquistas obtidas pelos vários movimentos feministas, organizações populares, partidárias, sociais e sindicais em prol dos direitos das mulheres ainda não foram capazes de acabar de vez com a forte cultura de discriminação de gênero. Devemos entender que isso se deve ao fato de que uma cultura machista, que se alastra durante muitos séculos no mundo e no Brasil, não se desfaz sem que mudanças culturais construam novas relações, pautadas no respeito e na igualdade entre os gêneros.

Vejamos que, recentemente, apesar de o Brasil eleger uma mulher para a presidência da República, tal fato não alterou o número de parlamentares femininas eleitas, que continuou sendo muito inferior em relação aos homens. Na Câmara federal em 2010, por exemplo, de um total de cadeiras de 513 deputados, somente 44 eram mulheres (Fonte: Tribunal Superior Eleitoral). Realidade essa que não se altera no Senado e nas cidades. É bastante significativo o dado uma vez que as mulheres compõem a percentagem maior

do eleitorado brasileiro; e esse eleitorado (sendo a maioria mulher) elege uma esmagadora maioria de homens para o parlamento. A mesma realidade pode ser observada nos cargos de decisões (públicos e privados), políticos, partidários e sindicais. Nesse último, ainda pouquíssimas mulheres ocupam cargos de decisão e de poder político.

Esse aspecto também é evidenciado nas relações de trabalho, onde impera a forte discriminação contra as mulheres. O que se verifica ainda é uma profunda segregação ocupacional de gênero: muitas barreiras impedem as mulheres de ocuparem cargos considerados masculinos ou pouco femininos, bem como os postos de trabalho com poder de decisão; esses fatores dificultam e impedem o acesso das mulheres e rebaixam a média salarial feminina em relação à média dos homens.

Diversas pesquisas mostram que as mulheres brasileiras já são maioria nas ocupações técnicas ou universitárias, mas que poucas delas chegam alcançar postos de comando, o que evidencia a desigualdade de gênero no país.

Numa sociedade, lutar por homens e mulheres que juntos participem, partilhem, compartilhem suas atividades diárias do lar e do local de trabalho significa quebra de paradigma. A casa e os espaços públicos devem ser ocupados por todos sem distinção, principalmente os espaços de poder. Compartilhar não significa o homem ajudar a mulher, significa uma divisão justa de atividades. No mercado de trabalho, implica em igualdade de oportunidades, ascensão profissional das mulheres bem como remuneração igual,

além do direito à licença pela maternidade e pela paternidade. É responsabilidade de toda a sociedade construir um novo comportamento social, um país, um lar e um local de trabalho com igualdade. E o Sindsep se compromete com isso.

Durante seminário realizado pelo Sindsep sobre relações de gênero, mulheres de diversos setores e áreas da Prefeitura Municipal de São Paulo debateram o tema e, em grupo, registraram algumas propostas:

- provocar no âmbito do Sindsep e sua categoria uma reflexão sobre “equidade de gênero”;

- lutar no âmbito da prefeitura por “direitos iguais/salários iguais” – construir equidade entre homens e mulheres, tanto no mundo do trabalho, quanto em casa;

- igualdade de remuneração – igual valor para o trabalho executado por homens e mulheres, sem discriminação de sexo;

- lutar por igualdade de oportunidades – fazer valer a convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho: “conscientizar-se da necessidade de mudança no papel tradicional tanto do homem como da mulher na sociedade e na família”. Ou seja, efetiva igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres;

- garantir a licença-maternidade ampliada e promover o direito à licença-paternidade de seis meses;

- garantir o auxílio-creche/babá;

- promover a reforma do Estatuto dos servidores com a inclusão de políticas voltadas para as mulheres.

Luta pela Igualdade Racial e Combate ao Racismo

53

*Ouçó um novo canto,
Que sai da boca de todas as raças,
Com infinidade de ritmos...
Canto que faz dançar,
Todos os corpos,
De formas,
E coloridos diferentes...
Canto que faz vibrar,*

*Todas as almas,
De crenças,
E idealismos desiguais...
É o canto da liberdade,
Que está penetrando,
Em todos os ouvidos...
Solano Trindade,
O Canto da Liberdade*



A situação dos negros no Brasil

A herança cultural da escravidão carrega em si preconceitos, discriminações, racismo, desigualdades que permeiam a sociedade brasileira e afetam a maioria da população brasileira, principalmente os trabalhadores negros, cotidianamente no trabalho, na sociedade, nas instituições sociais, econômicas e políticas. Os 350 anos de escravidão asseguraram o desenvolvimento econômico do país, mas a subsequente abolição não significou a acolhida no mercado de trabalho dos trabalhadores negros. Não foram criadas políticas de inclusão e nem as condições mínimas para que eles subsistissem. A desigualdade racial permanece como um dos mais perversos traços da desigualdade social no País.

Existe também uma relação entre a discriminação de raça e de gênero com a pobreza e a exclusão social. A pobreza não é neutra. A pobreza tem cor, tem sexo, tem endereço. Isso significa que os fatores ligados à condição da família, ao ciclo de vida, ao sexo, à idade, à raça/etnia determinam formas diferenciadas de vivenciar a pobreza, e que determinados grupos da população são mais vulneráveis e têm uma dificuldade maior de superá-la. Há alguns processos e características que são comuns na pobreza de homens e mulheres, negros e brancos, mas existem outros que são diferentes e geram dificuldades e desvantagens adicionais. O sexo e a raça são os fatores que mais fortemente condicionam a forma pela qual as pessoas e suas famílias vivenciam a pobreza.

No mercado de trabalho, a inserção dos negros se dá de forma desigual e precária evidenciando estereótipos, preconceitos, discriminações e racismo. Por muito tempo os negros tiveram os piores trabalhos e, por consequência, são os que recebem menores salários e ocupam os mais baixos cargos dentro da estrutura hierárquica das empresas, sejam elas públicas ou privadas, independentemente de sua qualificação profissional e escolaridade. Nem sempre conseguem uma ocupação, convivendo mais com a situação de desemprego e da informalidade. Além disso, a remuneração pelo trabalho realizado situa-se nos estratos inferiores das faixas salariais do mercado.

Em qualquer indicador social considerado

— educação, emprego, trabalho, moradia etc. — existe uma desvantagem sistemática das mulheres em relação aos homens e do conjunto de negros de ambos os sexos em relação aos brancos. Essa desvantagem é especialmente marcada no caso das mulheres negras, que sofrem com essa dupla discriminação. Os negros nas mesmas funções ganham menos que os brancos, e as mulheres negras estão em pior situação. É injusta e absurda a situação das empregadas domésticas em comparação com outras atividades e que lutam por direitos já conquistados por outros trabalhadores. As desigualdades e as discriminações de raça e gênero cruzam a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil. São dois tipos de discriminação que não apenas se superpõem, mas se inter cruzam e se potencializam.

No serviço público, após o estabelecimento da obrigatoriedade de concurso para ingresso nas carreiras do serviço público civil, não se pode dizer que haja algum tipo de discriminação direta para a admissão de novos servidores. As pessoas efetivamente concorrem em condições de igualdade quando fazem uma prova de seleção — entendendo-se como “igualdade” o fato de fazerem a mesma prova. Mesmo assim, quando analisamos os diferenciais na ocupação de cargos, de rendimento, de oportunidades de ascensão e promoção, podemos observar preconceitos, desigualdades, discriminações e racismo. Uma das dificuldades de ações sindicais na questão racial é a ausência de diagnósticos sobre o grau e o caráter das desigualdades entre os servidores. É necessário averiguar se servidores da raça negra e do sexo feminino têm as mesmas oportunidades de progressão no serviço público civil. Essa é uma luta que está em nossos compromissos e propostas.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a forma fundamental de superação da pobreza é o trabalho. Não um trabalho qualquer, mas um trabalho que a OIT define como trabalho decente, ou seja, capaz de garantir condições de vida minimamente dignas para as pessoas. Se o trabalho é a via fundamental de superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social, é necessário analisar quais as condições que têm os negros e as mulheres para uma inserção decente

(de boa qualidade) no mercado de trabalho. Todos os dados indicam que os homens negros e as mulheres negras têm mais dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e, em especial, de obter um emprego de qualidade. A aplicação da Convenção nº 111 da OIT, em vigor desde 1965 no Brasil, sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, e da Convenção nº 100 da OIT, relativa à igualdade de remuneração entre a mão de obra masculina e a mão de obra feminina em trabalho de valor igual, são caminhos para combate ao racismo e à discriminação sofrida pelos trabalhadores; mas, mesmo depois de tanto tempo, a desigualdade de oportunidade persiste.

Essa desigualdade incide na não inclusão dos interesses dos negros e das mulheres nas agendas de políticas públicas. Em razão disso, as políticas de combate à pobreza, de geração de emprego ou de qualquer outra área das políticas públicas (educação, saúde, habitação etc.) não refletem adequadamente as necessidades e os direitos de homens negros, de mulheres e de mulheres negras. As políticas aparentemente “neutras” em relação à raça e ao gênero tendem a reproduzir as desigualdades existentes entre mulheres e homens, negros e brancos.

Os avanços

A história de nosso país está repleta de movimentos, de histórias de lutas coletivas que servem de ensinamento para todos nós. E algumas dessas lutas trouxeram resultados positivos no enfrentamento de embates que desafiavam a sociedade brasileira, em momentos históricos específicos.

No campo da legislação, destacamos o artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, que dispõe sobre as liberdades políticas e sociais, e destacamos também a Lei Caó, Lei nº 7.716/1989, do deputado Carlos Alberto Oliveira dos Santos, e a Lei Paim, nº 9.459/1997, que substituíram as leis antidiscriminação que as precederam, estabelecendo o racismo como crime e definindo quais são os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

No campo das políticas públicas, nessas três últimas décadas, o movimento negro obteve alguns triunfos importantes: o reconhecimento pelo Estado da existência do racismo e da desigualdade racial, assim como a própria descon-

trução do discurso oficial em torno da ideia de Democracia Racial. Uma conquista importante, que está no âmbito da Constituição Federal, foi o reconhecimento do direito sobre as terras para as comunidades remanescentes de Quilombos, luta em que ainda há necessidade de avanços.

Outra importante conquista foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), como instância governamental federal com status de ministério, que vem consolidar a desigualdade racial como área e objeto de políticas públicas. A Seppir inspirou o surgimento de novas instâncias governamentais destinadas ao tratamento da desigualdade racial, isso nos âmbitos municipal e estadual. Um destaque é a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), uma lei que tem como objeto garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação.

O Estatuto da Igualdade Racial é a forma legal para que sejam asseguradas as possibilidades de acesso aos bens econômicos e culturais a toda a nação de maneira igualitária. É o primeiro dispositivo legal incluído no arcabouço jurídico brasileiro, desde 1888, tendo em vista a construção de ambiente de igualdade de oportunidade entre negros e não negros. O Brasil inicia um processo de apropriação dessa legislação. É uma lei moderna que traz ao mundo jurídico a instituição das ações afirmativas, estabelecendo as formas como elas devem ser implementadas em todas as áreas da atividade humana. A adoção do sistema de cotas – cotas raciais para negros, para negros e indígenas, cotas para alunos de escolas públicas, e as chamadas cotas mistas – é uma importante política pública que visa à reparação das desigualdades históricas a que esses povos foram submetidos ao longo dos séculos no Brasil. Divergências significativas sobre a questão da cota racial podem vir a se constituir em algo bastante positivo. O enfrentamento é a única via para a democratização efetiva do país. O resgate da questão racial, a transformação dessa problemática em um debate nacional deverá tirar do limbo a discussão sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

As políticas públicas afirmativas de combate

ao racismo e pela igualdade racial existem, são importantes e representam um avanço na reparação histórica devida ao povo negro no Brasil. A promoção da igualdade de raça e gênero é um fator central para a superação das desigualdades sociais no país.

Compromissos do Sindsep na luta pela igualdade racial

- Combater toda e qualquer discriminação, seja no mundo do trabalho seja na sociedade, participando com propostas concretas para o avanço da democracia e com oportunidades equânimes para todos os brasileiros;

- Comprometer-se em estar engajado nas lutas da CUT pela ampliação e pelo aprimoramento das políticas públicas de combate à pobreza, oferta de serviços públicos de qualidade na educação, saúde, saneamento e habitação popular, que são instrumentos importantes para garantir o acesso ao mercado de trabalho e a uma qualidade de vida mais digna para a população mais pobre, que, no caso brasileiro, é majoritariamente de negros e indígenas;

- Comprometer-se com a Política da CUT acerca de cotas e demais políticas afirmativas para negros, indígenas, deficientes, jovens, idosos e LGBT e com a Jornada de Lutas da CUT;

- Incentivar a adoção de Políticas Afirmativas para negros no setor público e na iniciativa privada, de modo a assegurar tratamento não discriminatório no mercado de trabalho, na segurança pública e no acesso à Justiça;

- Incentivar políticas de educação, a exemplo da adoção de cotas raciais, proporcionais à representação da população negra em cada região, segundo dados do IBGE, para ingresso no ensino superior, assegurando programas especiais de ingresso, permanência e conclusão de estudos;

- Lutar para que o Estado Brasileiro garanta a execução do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aplique as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e para a Educação Escolar Indígena e assegure no Plano Nacional de Educação as condições e os recur-

sos necessários para a superação do racismo e de todas as formas de preconceito e discriminação existentes na Educação Brasileira – além de promover a igualdade racial, a luta pela reparação das desigualdades históricas e a implementação de políticas afirmativas, como as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que estabelecem como currículo obrigatório o ensino da história da África, cultura afro-brasileira e indígena;

- Lutar pela igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, idade, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral;

- Comprometer-se com a campanha pela ratificação das Convenções da OIT nº 100 e nº 111, que tratam da igualdade de condições de trabalho e salários entre homens e mulheres e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho;

- Criar espaços e mecanismos de diálogo e negociação para gerar novas respostas, incorporando a dimensão de raça e gênero visando superar as desigualdades e a discriminação contra os negros;

- Continuar a participação nos Conselhos Municipais: dentro do campo de participação e controle social, destacamos a continuidade de participação da população e entidades sindicais nos conselhos municipais, espaços para que a sociedade civil organizada participe das decisões administrativas e da fiscalização delas; no entanto, temos visto, na prática, que esses espaços servem para legitimar a política da Prefeitura e suas decisões, não se constituindo, dessa forma, em espaços de participação e decisão efetiva dos trabalhadores ali representados – essa participação se dá por representação, e a correlação de forças dentro desses espaços é bem desfavorável para os trabalhadores; uma gestão mais democrática favorece a participação dos trabalhadores nesses conselhos de forma mais efetiva.

A luta contra o racismo, a discriminação, o preconceito e a desigualdade é parte da luta do Sindsep

Com o objetivo de conscientizar e sensibilizar o funcionalismo público para essa grave ques-

tão, o Sindsep concretizou em 2012 importantes ações, como a criação do Coletivo de Igualdade Racial e a promoção de reflexão nas datas históricas para a consciência negra: Palestra sobre o significado do 13 de Maio para os trabalhadores negros no Brasil e o Seminário Combate ao Racismo, onde foram explanadas as raízes históricas do racismo, sua resistência através dos quilombos e lutas antirracistas, e como o racismo se reproduz nas escolas públicas e privadas, no atendimento à saúde, no mercado de trabalho etc. Desse evento foram tiradas algumas propostas e reiterados os compromissos de ação sindical.

Propostas de igualdade racial

• Ampliação do Coletivo Igualdade Racial

– O coletivo tem como objetivo conscientizar, qualificar para o debate, propor ações concretas e avançar na luta de combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito. A ampliação do coletivo, com adesão de mais de 20 participantes do seminário e aberto à participação de funcionários públicos interessados, tem reuniões todo primeiro sábado do mês (exceto nos feriados) com o objetivo de refletir, conscientizar e propor ações para a superação de todas as formas de racismo, preconceito e discriminação étnico-raciais no trabalho e na sociedade brasileira. As datas para este ano de 2013 são: 2 de março, 6 de abril, 4 de maio, 1º de junho, 6 de julho, 3 de agosto, 5 de outubro, 7 de dezembro.

• Promoção de uma Política de Formação voltada para a questão racial – A luta pela reparação das desigualdades históricas e pela implementação de políticas públicas afirmativas passa pela conscientização, qualificação e proposição de ações efetivas no cotidiano e no trabalho:

- Promover a conscientização e qualificação na luta pela igualdade racial de todo o funcionalismo, especialmente dos profissionais que trabalham com a educação;

- Realizar atividades formativas – debates, rodas de conversa, palestras, seminários, cursos e outras atividades educativas;

- Promover eventos de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, em datas significativas para a população negra:

Semana da Consciência Negra – dia 20 de no-

vembro é o Dia Nacional da Consciência Negra, que faz referência a Zumbi dos Palmares, guerreiro libertário e herói nacional – realizar eventos em toda a semana para estimular a participação do conjunto dos trabalhadores;

Abolição – o significado do 13 de Maio para a população negra brasileira – a abolição da escravidão coroou um dos maiores movimentos civilistas na história do país, sem, porém, criar políticas públicas de inclusão econômica, política, social e cultural;

• Promover debates sobre legislação existente e acerca da revisão da legislação de combate a práticas racistas e discriminatórias, de modo a punir os criminosos e desestimular práticas racistas e ofensivas, de natureza racial.

Políticas Públicas

• Apoiar a adoção de programas específicos de acesso aos serviços públicos de saúde: incluir a realização de exames periódicos, como o exame de eletroforese de hemoglobina para detectar doença falciforme, garantindo que a doença não seja um motivador de desligamentos;

• Incentivar a adoção de Políticas Afirmativas para negros no setor público, assegurando o combate da discriminação e ascensão na carreira e postos de chefia e saúde do trabalhador negro;

- Cobrar da Prefeitura dados que possibilitem ações afirmativas – propomos a realização de uma pesquisa para levantar o número de funcionários públicos negros que ingressam no serviço público e mapear nível de escolaridade, tempo de casa, em que cargos estão, a faixa salarial, o nível hierárquico (quantos em cargos de chefia, gestores etc.) visando a uma progressiva ocupação de cargos em níveis hierárquicos superiores de acordo com a proporcionalidade indicada na pesquisa;

- Reivindicar a adoção de políticas de cotas raciais, proporcionais à representação da população negra, na educação, no mercado de trabalho etc.;

- Intervenção nas políticas com a realização de ações práticas efetivas no combate ao racismo.

• Participação nos Conselhos Municipais – A continuidade da participação em Conselhos Municipais que beneficiem a luta contra o racis-

mo, o preconceito e a discriminação, marcando nosso posicionamento político, questionando e levantando dados que ajudem na construção de nossas lutas.

• **Criação de campanhas e eventos midiáticos** – Eventos de comprometimento e promoção de ações afirmativas e combate a atos discriminatórios, na luta pela eliminação das desigualdades enfrentadas por negros no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade:

- Desenvolver e divulgar campanhas e eventos midiáticos que promovam a equidade racial e de gênero;

- Produzir informativos específicos sobre conscientização, formas de denúncia de atitudes racistas, datas importantes da consciência negra;

- Disponibilizar no site do Sindicato artigos, produções culturais musicais e literárias de escritores e poetas negros etc.

• **Denúncias** – O Sindsep continua com sua política de receber denúncias de situações que caracterizem atitudes racistas ou crime de racismo e discriminação racial, oferecendo encaminhamento e suporte jurídico necessários e quando forem pertinentes, com divulgação no site.

• **Promoção e valorização da cultura do povo negro** – Realização de atividades culturais:

- Apresentação de grupos de danças, grupos musicais, grupos de teatro;

- Concursos de poemas e músicas;

- Realização de saraus com leitura de poemas, peças teatrais etc.

• **Relacionamento com a sociedade e movimentos sociais** – Nossa relação com os movimentos sociais é estratégica para o fortalecimento de nossas lutas. O Sindsep continua sua luta buscando desenvolver projetos de utilização dos espaços

públicos, em conjunto com outras organizações sociais, populares e estudantis, visando à integração com a sociedade nas datas importantes no calendário afro, na perspectiva do resgate e da valorização da cultura e das tradições afro-brasileiras; e dando visibilidade e valorização de artistas locais e diversas outras manifestações artísticas e culturais ligadas às tradições afro-brasileiras e às tradições e culturas indígenas.

A consciência e o conhecimento são armas fundamentais para conseguirmos galgar novas vitórias e conquistas.

Ter consciência negra é ter atitude e compromisso com o povo brasileiro e com cada um de nós.

Coletivo Igualdade Racial do Sindsep

NOTAS

O racismo é a ideologia (valores e crenças) que sustenta a superioridade de certas raças, podendo representar ainda o preconceito ou discriminação em relação a indivíduos considerados de outras raças.

Preconceito é uma ideia pré-concebida ou, mais precisamente, a suspeita, a intolerância e a aversão a outras raças religiões e credos. É uma indisposição, um julgamento prévio negativo que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos.

O estereótipo consiste em um atributo dirigido a determinadas pessoas e grupos que funciona como uma espécie de carimbo ou rótulo, que retrata um pré-julgamento. As pessoas rotuladas são sempre vistas e tratadas de acordo com o carimbo que recebem em vez de serem tratadas de acordo com suas verdadeiras qualidades.

A discriminação é a denominação atribuída a uma ação ou omissão violadora do direito das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como: raça, sexo, idade, crença, opção religiosa, nacionalidade.

Normas Regulamentadoras

59



CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO XI CONGRESSO

Art. 1º As presentes normas, elaboradas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo, doravante denominado “Sindsep”, têm por objetivo regulamentar e disciplinar a organização, realização e atividades relativas ao seu XI Congresso, previsto neste documento, em conformidade com ampla divulgação prévia.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DO XI CONGRESSO

Art. 2º A Coordenação do XI Congresso do Sindsep será composta pelos seguintes órgãos e departamentos:

I - Presidência, Secretaria de Finanças, Secretaria-Geral, Secretaria de Formação, Secretaria de Imprensa e um(a) Coordenador(a) Regional; e

II - Secretaria Administrativa do Congresso, subordinada à Coordenação do Congresso, com o objetivo de organizar os processos de inscrição e a documentação do evento.

Art. 3º A Coordenação terá as seguintes funções:

I - orientar e coordenar os trabalhos do XI Congresso;

II - orientar e coordenar todas as tarefas de documentação;

III - credenciar os(as) representantes e delegados(as);

IV - receber, preparar e encaminhar todos os documentos e contribuições aos trabalhos do Congresso;

V - assessorar a Diretoria na condução das plenárias;

VI - deliberar sobre todos os assuntos relativos ao XI Congresso do Sindsep;

VII - analisar e deliberar sobre os casos não previstos nestas normas regulamentadoras, relativos aos critérios para eleição e remanejamento de delegados(as); e

VIII - analisar e deliberar sobre os demais casos omissos nestas normas regulamentadoras.

Art. 4º Constarão do XI Congresso do Sindsep:

I - Abertura Política, com a apresentação das normas regulamentadoras;

II - 5 (cinco) plenárias regionais e 1 (uma) plenária específica para aposentados(as); e

III - plenária final de resoluções.

CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 5º O XI Congresso apresentará as seguintes etapas em sua realização: Abertura Política, assembleias nos locais de trabalho para eleição de representantes, plenárias regionais, plenária dos(as) aposentados(as) e plenária final de resoluções, conforme calendário disposto no art. 13 deste documento.

Parágrafo único A Abertura Política do XI Congresso do Sindsep será realizada no dia 15 de fevereiro de 2013, das 19h às 21h, na Casa de Portugal, localizada na Avenida Liberdade, nº 602, em São Paulo/SP, tendo como público-alvo os(as) trabalhadores(as) sindicalizados(as) do Sindsep.

CAPÍTULO IV DAS ASSEMBLEIAS

Art. 6º As assembleias para eleição dos(as) representantes que participarão das plenárias regionais serão realizadas nas unidades da Prefeitura e em suas Autarquias, devendo ser convocadas pelo Sindicato e amplamente divulgadas.

§ 1º As assembleias deverão ser, obrigatoriamente, agendadas junto à Secretaria Administrativa do Congresso, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência, para ampla divulgação.

§ 2º O registro da assembleia deverá ser feito por meio de ata e lista de presença, documentos os quais serão distribuídos previamente pela Secretaria Administrativa do Congresso.

§ 3º O prazo final de entrega das atas das assembleias realizadas nos locais de trabalho para a eleição dos(as) representantes será de até 3 (três) dias antes da data de início das respectivas plenárias regionais, impreterivelmente até as 17h, na Secretaria Administrativa do Congresso.

§ 4º As assembleias nas unidades têm como objetivo a eleição de representantes para as plenárias regionais. As propostas relativas ao tema e conteúdo do XI Congresso somente serão

apresentadas e votadas durante as respectivas plenárias regionais.

§ 5º As unidades que trabalham em sistema de turno ou plantão deverão realizar assembleias por turno ou plantão, garantindo assim a ampla participação de todos(as) funcionários(as) da unidade.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES

Art. 7º Seguindo os critérios vigentes da tabela de eleição para Representante Sindical de Unidade (RSU), a eleição dos(as) representantes para as plenárias regionais será realizada da seguinte forma:

I - unidades com até 50 (cinquenta) funcionários (as) poderão eleger 2 (dois) representantes;

II - unidades que tenham de 51 (cinquenta e um) a 150 (cento e cinquenta) funcionários(as) poderão eleger 3 (três) representantes, enquanto unidades que tenham a partir de 151 (cento e cinquenta e um) funcionários(as) poderão eleger 1 (um) representante a mais para cada grupo adicional de 100 (cem) funcionários(as); e

III - poderão ser eleitos(as) suplentes em número correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos representantes efetivos eleitos.

§ 1º O quórum para eleição dos(as) representantes corresponde ao resultado da multiplicação por 5 (cinco) do número de representantes a que a unidade tem direito.

§ 2º Na hipótese de não ser alcançado o quórum definido no parágrafo anterior, poderão ser eleitos(as) representantes na proporção de 1 (um) representante para cada 5 (cinco) trabalhadores(as) presentes.

§ 3º O quórum para eleição de representantes nas unidades em que serão realizadas eleições por turno ou plantão corresponderá à somatória das presenças nas assembleias de cada turno ou plantão.

Art. 8º Do sistema de votação: nas assembleias de eleição de representantes, a votação será nominal, cabendo a cada eleitor(a) indicar verbalmente tantos nomes quantos forem os(as) representantes daquela unidade. Serão considerados(as) eleitos(as) os(as) trabalhadores(as) que

obtiverem mais votos. Os(as) suplentes obedecerão à listagem de votos alcançados.

CAPÍTULO VI DA INSCRIÇÃO DOS(AS) REPRESENTANTES

Art. 9º Para que sua eleição tenha efeito, o(a) representante devera estar sindicalizado(a), podendo filiar-se até a data da realização da assembleia do seu local de trabalho.

Art. 10 As inscrições dos(as) representantes eleitos(as) nos locais de trabalho somente serão aceitas no Sindicato mediante a apresentação da ata da assembleia e respectiva lista de presença. Não serão aceitos documentos diversos daqueles oficiais distribuídos previamente pela Secretaria Administrativa do Congresso.

CAPÍTULO VII DA PLENÁRIA ESPECÍFICA PARA APOSENTADOS(AS)

Art. 11 Será realizada uma plenária específica para eleger delegados(as) entre os(as) servidores(as) aposentados(as), na proporção de 1 (um(a)) delegado(a) para cada 100 (cem) aposentados(as) filiados(as), até o limite de 30 (trinta) delegados(as).

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO CONGRESSUAL

Art. 12 Das plenárias: serão realizadas 5 (cinco) plenárias regionais, 1 (uma) plenária de aposentados(as) e 1 (uma) plenária final de resoluções.

Art. 13 Funcionamento das plenárias para eleição de delegados(as): serão realizadas 6 (seis) plenárias com debates em grupo, tendo como base o caderno de propostas elaborado pelo Sindsep. Tais debates resultarão na produção de emendas e novas propostas que, se aprovadas, serão enviadas para a plenária final de resoluções. Também nas plenárias serão eleitos(as) os(as) delegados(as) que participarão da plenária final de resoluções. Serão realizadas primeiro as 5 (cinco) plenárias regionais, com dois dias de duração cada, abrangendo duas regiões por vez. Em seguida, será realizada uma plenária de aposentados(as). As datas, locais e prazos de inscrição serão os seguintes:

Plenárias Regionais - 2013

Regiões/Datas	Horário	Local (Todos em São Paulo/SP)	Prazo de inscrição
Regiões Leste 1 e Leste 2 7 e 8 março	9 às 17 horas	CEU Jambeiro Avenida José Pinheiro Borges, nº 60 Jardim Aurora, Guaianazes	05/02 a 01/03
Centro e Norte 14 e 15 de março	9 às 17 horas	Sindicato dos Bancários de São Paulo Rua São Bento, nº 413, Centro	05/02 a 08/03
Leste 3 e Sudeste 4 e 5 de abril	9 às 17 horas	Sede do Sindsep Rua da Quitanda, nº 162, Centro	11/03 a 29/03
Oeste e Noroeste 18 e 19 de abril	9 às 17 horas	A confirmar	11/03 a 12/04
Sul 1 e Sul 2 9 e 10 de maio	9 às 17 horas	Subsede do Sindicato dos Químicos de S. Paulo Rua Ada Negri, 127, Santo Amaro	15/04 a 03/05

Plenária de Aposentados(as)

Data	Horário	Local
27 de agosto	13 horas	Instituto Geográfico Rua Benjamin Constant, nº 158, Centro São Paulo/SP

§ 1º Em todas as plenárias haverá uma lista de presença para cada dia, além de uma ata ao final. Deverão ser indicados em cada plenária 1 (um(a)) coordenador(a) e 1 (um(a)) relator(a) para acompanhar os trabalhos. As atas e listas de presenças de cada plenária regional deverão ser entregues à Secretaria Administrativa do Congresso em até 2 (dois) dias úteis após a realização das plenárias.

§ 2º A plenária final de resoluções do XI Congresso será realizada nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2013, das 9h às 17h, na Casa de Portugal, localizada na Avenida Liberdade, nº 602, em São Paulo/SP.

§ 3º O credenciamento com direito a voz e voto para todas as plenárias regionais se dará apenas no primeiro dia das respectivas plenárias, das 9h às 11h. Após esse horário, os(as) representantes

de unidades serão credenciados(as) apenas como observadores(as), sem direito a voz ou voto.

§ 4º O credenciamento de delegados(as) com direito a voz e voto na plenária final de resoluções se dará apenas no primeiro dia da plenária em questão, das 9h às 12h. Após esse horário, serão credenciados(as) apenas observadores(as), sem direito a voz ou voto.

CAPÍTULO IX DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS) PARA A PLENÁRIA FINAL DE RESOLUÇÕES

Art. 14 O XI Congresso do Sindsep terá a participação de até 557 delegados(as), distribuídos da seguinte forma:

I - até 400 (quatrocentos) delegados(as) de base eleitos(as) nas plenárias regionais;

II - até 30 (trinta) delegados(as) aposentados(as) eleitos(as) na plenária dos(as) aposentados(as);

III - até 127 (cento e vinte e sete) delegados(as) natos, sendo 27 (vinte e sete) membros da Diretoria Executiva do Sindsep e 100 (cem) Conselheiros(as) Regionais de Representantes (CRRs).

Art. 15. À eleição dos(as) delegados(as) aplicam-se as normas dispostas neste artigo, com seus parágrafos e incisos.

§ 1º Somente poderão ser eleitos(as) como delegados(as) natos os membros da Diretoria que participarem integralmente de ao menos 1 (uma) das 5 (cinco) plenárias regionais.

§ 2º Somente poderão ser eleitos(as) como delegados(as) natos os(as) CRRs que participarem integralmente da plenária da região que representam.

§ 3º Somente serão efetivamente considerados delegados(as) os(as) aposentados(as) eleitos(as) na plenária dos aposentados(as).

§ 4º Sendo o Sindsep um sindicato geral, a representatividade dos(as) delegados(as) de base deverá corresponder à representatividade dos filiados(as) ao Sindicato, por Secretaria e por Autarquia:

I - o percentual de delegados(as) por Secretarias nas plenárias regionais deverá corresponder ao percentual de filiados(as) de cada Secretaria, por região, até a data limite de 1º de março de 2013;

II - uma vez que o total de sócios(as) de cada uma das dez regiões corresponde a um número determinado de trabalhadores(as) filiados(as), o percentual corresponderá ao número total de filiados(as) de cada região;

III - o número total de delegados(as) de base poderá chegar a 400 (quatrocentos), respeitado o limite de 40 (quarenta) delegados(as) para cada uma das dez regiões do Sindsep;

IV - para determinar o número de delegados(as) por Secretaria em cada região, será feito um cálculo percentual com base no número de filiados(as) por região.

Art. 16 Cada plenária regional abrangerá duas regiões, e cada região elegerá 40 delegados(as),

distribuídos entre as Secretarias e Autarquias em seu limite territorial de atuação.

Art. 17 Caso determinada Secretaria de uma das duas regiões de uma plenária regional não ocupe todas as vagas a que tem direito, as remanescentes serão remanejadas para a mesma Secretaria da outra região que compõe a plenária.

Art. 18 A Secretaria cuja demanda for maior do que o número de vagas disponíveis comporá uma lista de suplentes a ser encaminhada para a Coordenação do Congresso, que avaliará e redistribuirá as vagas remanescentes ao final de todas as plenárias. Serão considerados para desempate os seguintes critérios:

I - RSU;

II - maior participação nas atividades do Sindicato; e

III - maior tempo de sindicalização.

Art. 19 O limite do número de suplentes eleitos corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do número de delegados(as) eleitos(as).

Art. 20 Ao término da eleição dos(as) delegados(as) de cada plenária, havendo demanda maior do que o número de vagas disponível, serão criadas listas de suplentes para cada Secretaria. Serão considerados para desempate os seguintes critérios:

I - RSU;

II - maior participação nas atividades do Sindicato; e

III - maior tempo de sindicalização.

Art. 21 Ao término de todas as plenárias, após contempladas as Secretarias de acordo com as listas de suplentes, havendo ainda vagas, estas poderão ser remanejadas para atender à demanda de outras Secretarias que não tenham atingido sua cota de participação no Congresso.

Art. 22 O procedimento para a eleição de delegados(as) nas Secretarias com até 1% (um por cento) do percentual geral de sócios terá a seguinte dinâmica: ao final de cada plenária regional, serão reunidos em uma lista os nomes dos(as) interessados(as) para que, ao final de todas as plenárias, seja possível avaliar quantos(as) trabalhadores(as) dessas Secretarias manifestaram interesse em participar da plenária final de resoluções e assim realizar a distribuição das vagas.

Havendo um número maior de interessados(as) do que de vagas, a Coordenação do Congresso adotará o mesmo critério aplicado aos demais casos, qual seja:

I - RSU;

II - maior participação nas atividades do Sindicato; e

III - maior tempo de sindicalização.

Art. 23 Cada plenária regional abrangerá duas regiões, e cada região elegerá 40 delegados(as), além de referendar até 10 CRRs que estejam participando integralmente da plenária. As vagas para CRRs que não forem preenchidas nas plenárias regionais serão remanejadas para as mesmas Secretarias às quais os(as) CRRs pertencem.

Art. 24 Somente poderão ser eleitos(as) e credenciados(as) como delegados(as) os(as) trabalhadores(as) que participarem integralmente dos 2 (dois) dias das plenárias de sua região.

Art. 25 Somente poderão participar do Congresso os(as) trabalhadores(as) cuja contribuição financeira ao Sindsep esteja em dia.

Art. 26 Caso haja empate na escolha dos(as) delegados(as), os critérios de desempate a serem utilizados serão:

I - RSU;

II - maior participação nas atividades do Sindicato; e

III - maior tempo de sindicalização.

CAPÍTULO X DO TEMÁRIO DAS PLENÁRIAS REGIONAIS, DA PLENÁRIA DE APOSENTADOS(AS) E DA PLENÁRIA FINAL

Art. 27 O temário a ser discutido durante as plenárias regionais do XI Congresso do Sindsep constará em um caderno de propostas.

§ 1º O temário das plenárias regionais, da plenária dos(as) aposentados(as) e da plenária final de resoluções abordará:

I - a conjuntura política municipal, a partir da identificação de perspectivas para o primeiro ano do governo Haddad e com um balanço da discussão durante a plenária final;

II - a conjuntura política do ramo, nos âmbitos internacional, nacional e estadual;

III - um balanço do trabalho realizado pela

Diretoria e das campanhas salariais realizadas no período 2011/2012;

IV - organização nos locais de trabalho;

V - políticas permanentes e plano de lutas.

Art. 28 Os dois dias de cada plenária regional obedecerão ao seguinte formato: no primeiro dia, haverá uma mesa de abertura, apresentando uma análise conjuntural; discussões em grupo (por setores), tendo por base temas propostos para cada grupo e temas gerais (assédio moral, saúde do trabalhador, mulheres e raça); apresentação e discussão de novas propostas. No segundo dia, terão continuidade os trabalhos em grupo (caso seja necessário), com apresentação das propostas feitas em plenária para aprovação. As propostas aprovadas serão encaminhadas à plenária final de resoluções, a ser realizada em outubro de 2013, conforme dispõe o § 2º do art. 13 do presente documento. No segundo dia, ainda, haverá a eleição dos(as) delegados(as) para a plenária final de resoluções, garantindo representação de todos os setores nas plenárias.

Parágrafo único. Trabalhadores(as) filiados(as) de Secretarias que não realizaram seminários em 2012 poderão se agrupar com seus pares presentes na plenária regional para elaborar e apresentar propostas.

Art. 29 Durante as plenárias regionais, o caderno de propostas poderá receber emendas. As propostas de emendas deverão ser devidamente registradas em formulários próprios, fornecidos pela Secretaria Administrativa do Congresso. As emendas deverão ser debatidas pelos grupos de trabalho antes de serem apresentadas para apreciação na plenária.

CAPÍTULO XI DAS MESAS E VOTAÇÕES

Art. 30 As sessões das plenárias regionais, da plenária dos(as) aposentados(as) e da plenária final de resoluções serão dirigidas por uma mesa composta por 1 (um(a)) presidente(a), 1 (um(a)) secretário(a) e 1 (um(a)) relator(a), que conduzirão os trabalhos.

Parágrafo único. A mesa convidará os(as) assessores(as) que julgar necessários para auxiliar nos trabalhos.

CAPÍTULO XII DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 31 Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) terá direito a 1 (um) voto.

§ 1º As votações nas plenárias regionais, na plenária dos(as) aposentados(as) e na plenária final de resoluções serão feitas levantando-se as credenciais.

§ 2º Em caso de dúvida, as votações serão feitas por contagem, por credenciais, ou, se necessário, por meio da utilização de urnas e cédulas especialmente preparadas para este fim.

§ 3º Não serão permitidos votos por procuração.

Art. 32 As deliberações em plenária serão tomadas por maioria simples, e somente será permitida a discussão de matérias constantes do temário e da ordem do dia.

Art. 33 Todo(a) delegado(a) que desejar intervir nas plenárias regionais, na plenária dos(as) aposentados(as) ou na plenária final de resoluções deverá inscrever-se previamente junto à mesa, e sua intervenção se dará de acordo com a ordem de inscrição.

Art. 34 Será vedado cessão de tempo de um(a) delegado(a) a outro(a).

Art. 35 As questões de ordem serão decididas pela mesa, cabendo recurso ao plenário, e devem dizer respeito exclusivamente à ordem dos trabalhos e da pauta.

CAPÍTULO XIII DO FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO

Art. 36 As plenárias regionais, a plenária dos(as) aposentados(as) e a plenária final de resoluções debaterão o temário do XI Congresso e desenvolverão seus trabalhos de acordo com a seguinte estrutura:

I - apresentação das propostas de resoluções e moções;

II - apreciação do encaminhamento proposto pela mesa de trabalho;

III - quando houver apenas uma emenda sobre um determinado ponto, serão realizadas para essa emenda duas defesas de 3 (três) minutos cada, sendo uma a favor e uma contra;

IV - quando houver mais de uma emenda sobre o mesmo ponto, será realizada uma defesa para cada emenda;

V - votação.

Parágrafo único. A critério da mesa diretora e do plenário, as resoluções poderão ter mais de uma defesa a favor ou contra, respeitado o limite de tempo de 3 (três) minutos para cada uma.

Art. 37 Caberá aos responsáveis pelas resoluções a definição dos(as) defensores(as) de suas propostas.

CAPÍTULO XIV RESOLUÇÕES

Art. 38 Somente serão apreciadas nas plenárias regionais e na plenária dos(as) aposentados(as) emendas que necessariamente versarem sobre o temário do XI Congresso. As emendas apreciadas nas plenárias regionais serão levadas a votação e, sendo aprovadas, serão encaminhadas para aprovação ou rejeição na plenária final de resoluções.

Art. 39 Na plenária final de resoluções, novas emendas somente poderão ser apresentadas se comprovadamente relacionadas ao temário do Congresso, acompanhadas pelas assinaturas de ao menos 10% (dez por cento) dos(as) congressistas, e após avaliadas pela Coordenação do Congresso. As novas emendas deverão ser registradas em formulário próprio, distribuído pela Secretaria Administrativa do Congresso.

Art. 40 A Coordenação do Congresso será responsável pela sistematização das emendas e propostas aprovadas nas plenárias regionais e na plenária dos(as) aposentados(as).

CAPÍTULO XV DAS MOÇÕES

Art. 41 As moções podem referir-se a qualquer problema de interesse geral dos(as) trabalhadores(as), desde que estejam de acordo com o Estatuto do Sindicato.

Art. 42 As propostas de moções, que deverão ser apresentadas em formulário próprio, acompanhadas pelas assinaturas de 10% (dez por cento) dos(as) congressistas, serão apreciadas nas plenárias.

Art. 43 Serão consideradas aprovadas as mo-

ções que obtiverem maioria simples de votos dos(as) delegados(as) presentes aos trabalhos.

CAPÍTULO XVI DA CERTIFICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Art. 44 A Coordenação do Congresso concederá um certificado de presença aos representantes das plenárias regionais e aos delegados(as) da plenária final de resoluções que participarem integralmente dos respectivos trabalhos. Nas plenárias regionais, àqueles que participarem de apenas 1 (um) dos dias, será expedido um certificado parcial, atestando 50% (cinquenta por cento) de presença. Na plenária final de resoluções, o certificado dependerá da presença e assinatura do(a) delegado(a) na lista de presença.

CAPÍTULO XVII DOS PARTICIPANTES DAS PLENÁRIAS

Art. 45 Serão participantes do XI Congresso todos(as) os(as) representantes eleitos(as) nas assembleias dos locais de trabalho para as plenárias regionais; todos(as) os(as) delegados(as) eleitos(as) na plenária de aposentados(as) e nas plenárias regionais; e também os(as) delegados(as) natos(as).

§ 1º Terão direito a voz e voto no XI Congresso do Sindsep:

I - nas plenárias regionais, os(as) representantes eleitos(as) nas assembleias dos locais de trabalho;

II - na plenária final de resoluções, os(as) delegados(as) eleitos nas plenárias regionais e os(as) aposentados(as) eleitos(as) em plenária específica, além dos(as) delegados(as) natos(as).

§ 2º Será permitida a participação de observadores(as) devidamente credenciados(as), sem direito a sem direito a voz, voto ou liberação de material do Congresso.

CAPÍTULO XVIII DO FUNCIONAMENTO DA PLENÁRIA FINAL DE RESOLUÇÕES

Art. 46 Durante a abertura dos trabalhos, será apresentado pela Coordenação do Congresso o regimento relativo ao funcionamento da plenária final de resoluções, para apreciação e votação dos(as) delegados(as).

Coordenação do XI Congresso
Diretoria Executiva do Sindsep-SP
15 de fevereiro 2013

Anotações

A series of horizontal dotted lines for writing notes, contained within a dashed rectangular border.

Anotações

Handwriting practice area consisting of 20 horizontal dotted lines.

Anotações

A series of horizontal dotted lines for writing notes, contained within a dashed rectangular border.

Anotações

70

A series of horizontal dotted lines for writing notes, contained within a dashed rectangular border.

Anotações

A series of horizontal dotted lines for writing notes, contained within a dashed rectangular border.



CONGRESSO DO SINDSEP

Trabalhadora e trabalhador público municipal:
essencial para uma política pública de qualidade



**Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública
e Autarquias do Município de São Paulo**



CONFETAM



Rua da Quitanda, 162 - Centro - São Paulo - SP
www.sindsep-sp.org.br secgeral@sindsep-sp.org.br